



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2022

Relatório de Gestão do exercício de 2022, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da DN TCU nº 198/2022 e das orientações do órgão de controle interno.



SUMÁRIO

<i>Mensagem do Presidente</i>	<i>3</i>
<i>Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo</i>	<i>4</i>
<i>Planejamento Estratégico e Governança.....</i>	<i>8</i>
<i>Gestão de Riscos e Controles Internos</i>	<i>14</i>
<i>Resultados da Gestão</i>	<i>21</i>
<i>Demonstrações Contábeis</i>	<i>37</i>

SOBRE ESTE RELATO

Bem-vindos.

O objetivo do nosso relatório anual é demonstrar aos cidadãos e órgãos de controle os esforços do CREMESE para dar cumprimento aos seus objetivos institucionais, bem como os principais valores e resultados alcançados. Os dados e informações apresentados abrangem o período entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022.

O Relatório de Gestão do CREMESE está assim estruturado:

- ✓ Mensagem do Presidente
- ✓ Visão Geral Organizacional e Ambiente Interno e Externo
- ✓ Planejamento Estratégico e Governança
- ✓ Gestão de Riscos e Controles Internos
- ✓ Resultados da Gestão
- ✓ Demonstrações Contábeis

MENSAGEM DO PRESIDENTE



O ano de 2022 foi importante para o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe (CREMESE), com realizações significativas para a Autarquia, como, por exemplo, as fiscalizações. Ao longo de 2022 o nosso setor foi atuante, atingindo 56 municípios sergipanos, totalizando 287 fiscalizações administrativas e 389 fiscalizações in loco.

Outra realização importante foi a consolidação do Planejamento Estratégico, uma ferramenta para a modernização gerencial do Conselho Regional de Medicina, que trará benefícios para a classe médica e para a população em geral. Como resultados do planejamento temos a implantação da ouvidoria do CREMESE e o Sistema de Gestão da qualidade visando a certificação ISO 9001.

O ano de 2022 também foi marcado pela implantação do CRM Itinerante, uma ação que aproximou médicos do Conselho e expandiu as ações do CREMESE no interior do estado.

Com o abrandamento da pandemia, voltamos a realizar as aulas da Educação Médica Continuada de forma presencial. Para 2023, a reforma da sede será concluída e será entregue o plenário, salas de audiência, duas novas salas de estudos e o auditório com capacidade para 160 pessoas. Com isso, as solenidades de entrega de comendas e carteiras profissionais também serão retomadas.

Todo trabalho realizado visa o cumprimento da missão institucional e considerando sustentabilidade, desburocratização e a prestação de serviços de forma eficiente e precisa.

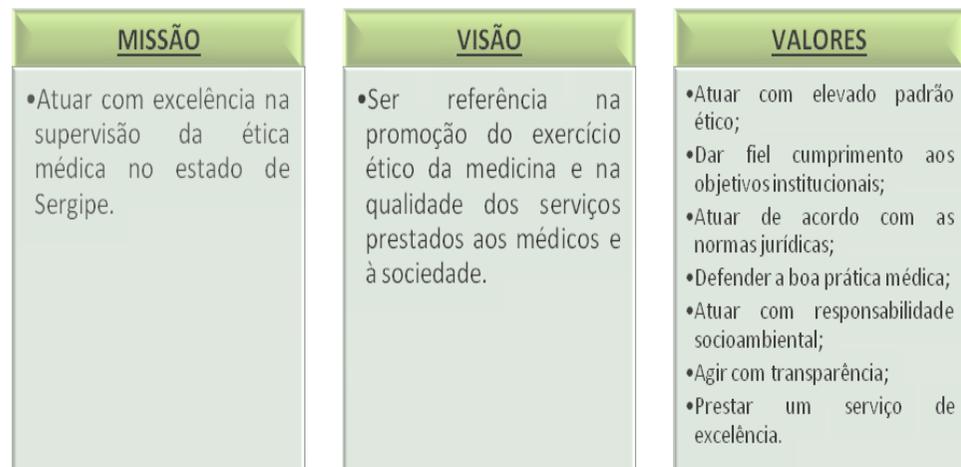
Jilvan Pinto Monteiro
Presidente do CREMESE

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE INTERNO E EXTERNO

CREMESE

Somos uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público. Criada por meio da Lei nº 3.268/1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045/58 e alterações posteriores, nossas competências legais e institucionais estão definidas em Regimento Interno.

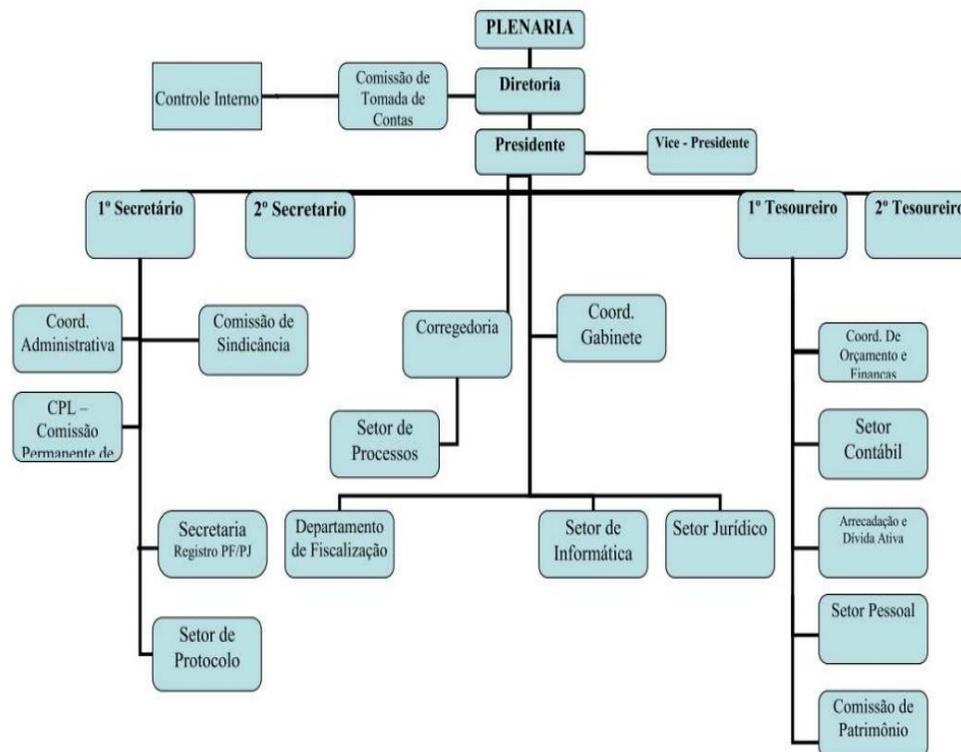
Nos termos da legislação em vigor, possuímos, dentre outras finalidades, a de registrar, orientar, julgar e fiscalizar o exercício da profissão médica, abrangendo o trabalho individual e o institucional público e privado, inclusive toda a hierarquia médica da instituição que preste direta ou indiretamente, assistência à saúde.



POLÍTICA DE QUALIDADE

Promover a boa prática médica e o exercício ético da medicina, tendo como foco: a excelência da prestação de serviços; a melhoria contínua do sistema de gestão da qualidade, por meio da valorização, desenvolvimento e capacitação de conselheiros e colaboradores; a observância das normas regulamentadoras e a transparência administrativa, otimizada pela integração dos sistemas internos.

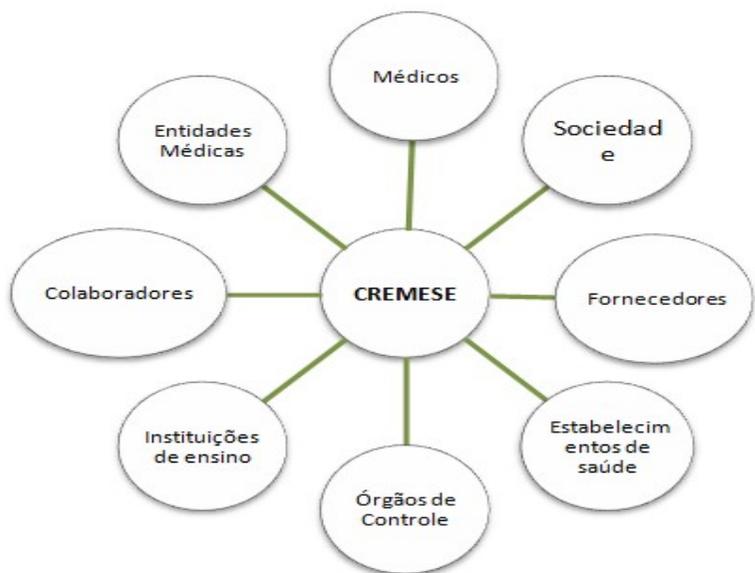
Organograma



Além da estrutura administrativa, o CREMESE é constituído pela Assembleia Geral, composta por todos os médicos inscritos que estejam no pleno gozo de seus direitos, conforme determinação da Lei Federal nº 3.268/57.

Mapa de Partes Interessadas

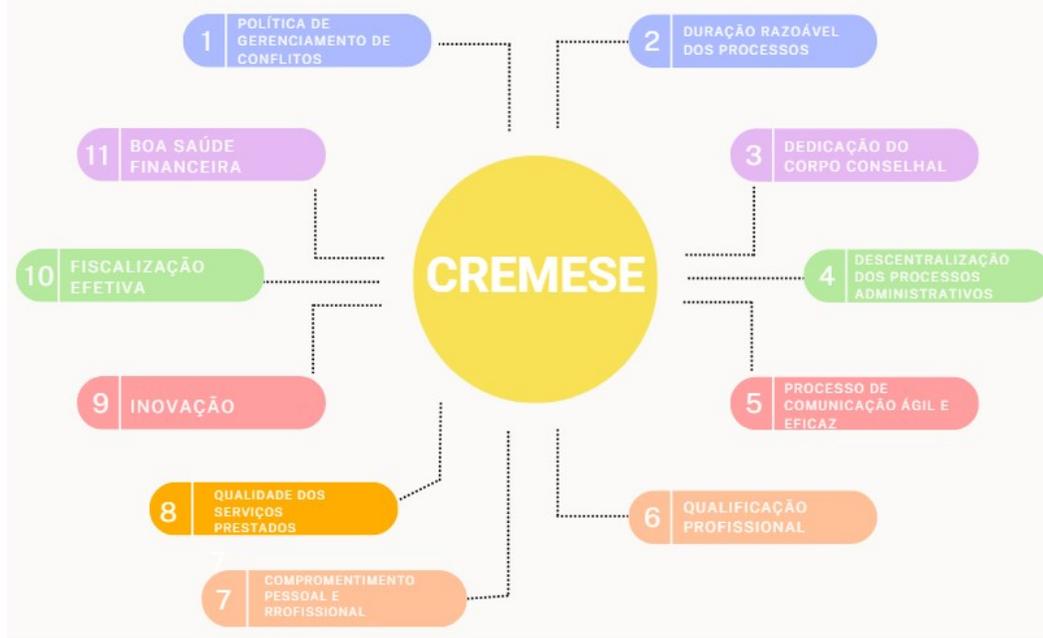
São os indivíduos ou grupos de indivíduos que afetam direta ou indiretamente a organização e são afetados por ela. No âmbito do CREMESE, as partes interessadas detectadas foram:



Fatores Críticos de Sucesso – FCS

São pontos críticos de um negócio porque é neles que é exigida muita competência para que os objetivos sejam atingidos. Um FCS é aquilo que necessita ser realizado bem feito para se obter sucesso em um negócio

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO



Contexto Interno

PONTO FORTE: é uma característica ou uma diferenciação existente na organização que lhe proporciona ou provoca uma vantagem operacional no seu ambiente de negócio. É uma variável controlável.

Pontos fortes identificados no CREMESE:

GOVERNANÇA	RECURSOS	INFRAESTRUTURA	RH E CULTURA ORGANIZACIONAL	NORMAS E DIRETRIZES
<ul style="list-style-type: none"> Facilidade de comunicação com a Diretoria; Gestão voltada para resultados; Otimização dos canais de comunicação externos; Autonomia Administrativa; Transparência; Importância perante à sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade financeira; Pontualidade no cumprimento das obrigações financeiras; Gestão orçamentária eficiente; Virtualização dos serviços cartorários. 	<ul style="list-style-type: none"> Novas instalações, confortáveis e adequadas; Parque tecnológico moderno; Localização estratégica; Facilidade para adoção de novas tecnologias. 	<ul style="list-style-type: none"> Comprometimento dos colaboradores envolvidos na gestão; Nível de escolaridade dos colaboradores; Terceirização de atividades de apoio; Benefícios como plano de saúde e alimentação; Baixo Turnover 	<ul style="list-style-type: none"> Normatização exaustiva de procedimentos pelo CFM; Ser compliance.

PONTOS FRACOS:

É uma característica ou uma situação inadequada da organização que lhe proporciona ou provoca uma desvantagem no ambiente de negócio.

Pontos fracos identificados no CREMESE:

GOVERNANÇA	RECURSOS	INFRAESTRUTURA	RH E CULTURA ORGANIZACIONAL	NORMAS E DIRETRIZES
<ul style="list-style-type: none"> Centralização administrativa; Distribuição desigual de atribuições e responsabilidades dos colaboradores; Reduzida participação dos conselheiros, resultando em concentração das atividades; Falta de controle de estratégias e metas; Duração dos processos de sindicância, processos ético-profissionais e consulta. 	<ul style="list-style-type: none"> Entraves operacionais para a cobrança administrativa; Deficiência na fiscalização de contratos para entrega de processos de pagamento; Ausência de alternativas de pagamento no Portal de Serviços; Ausência de Softwares e integração das funcionalidades dos já existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência gestão documental; Falta de manutenção; Sistemas antigos e defasados; 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de plano de cargos e salários; Estrutura organizacional desatualizada; Falta de comprometimento de parcela dos funcionários; Capacitação profissional deficiente; Clima organizacional desfavorável; Ausência de avaliação de desempenho; 	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de flexibilidade no processo de adaptação das normas do CFM; Ausência de padronização dos processos administrativos internos.

Contexto Externo

A análise do ambiente externo tem por finalidade estudar a relação existente entre a organização e seu ambiente em termos de Oportunidades e Ameaças. O estudo foi realizado nos ambientes Políticos, Econômicos, Sociais, Tecnológicos, Ambientais e Legais.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	FATORES CRÍTICOS
<ul style="list-style-type: none"> Implantação de Ouvidoria; Possibilidade de expansão dos serviços via internet; Participação na elaboração das políticas de saúde; Revalida; Crescimento exponencial no número de médicos; Credibilidade institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> Influência/decisões do Poder Judiciário; Desregulamentação da profissão; Políticas públicas enfraquecidas; Politização da saúde; Ingerência do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização efetiva; Adequação dos sistemas de informação; Aproximação e relacionamento com os médicos; Atualização profissional; Mapeamento de processos operacionais interno.

Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

O nosso modelo de negócios é a representação de como a instituição gera e entrega valor, por meios das nossas atividades, a fim de cumprir nossos objetivos estratégicos para os seus profissionais (internos e externos), empresas e sociedade em geral.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

O Plano Estratégico do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe – CREMESE foi desenvolvido de forma participativa, a partir de workshops realizados com a Diretoria e Empregados, buscando pensar a organização de forma estratégica em um horizonte de cinco anos foi elaborado a partir da análise dos resultados finais ou parciais obtidos nos projetos contidos no plano de ações 2020, das orientações recebidas do CFM, das recomendações e deliberações do Plenário e da Diretoria do CRM/SE. A metodologia do Balanced Scorecard (BSC) apresenta quatro perspectivas: do cliente, dos processos internos, financeiras e perspectiva do aprendizado e crescimento; e foi o alicerce para a estruturação do Planejamento Estratégico Institucional. Com o acompanhamento sistemático da realização das ações definidas, o planejamento estratégico torna-se uma valiosa ferramenta que auxilia a direção da organização, permite nortear as ações gerenciais dentro de um plano previamente determinado e influencia os resultados esperados para o alcance da visão de futuro.



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

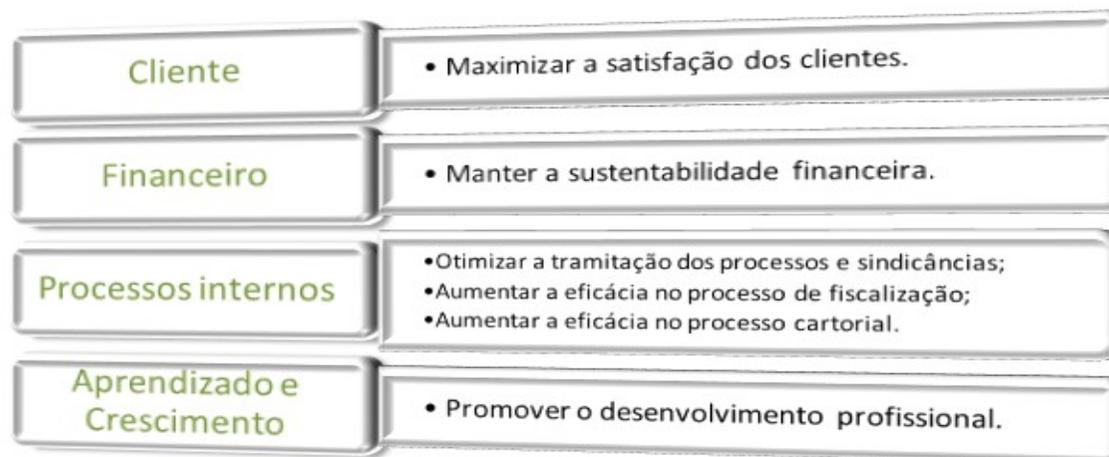
Os objetivos estratégicos do CREMESE foram definidos com a utilização da metodologia do BSC, em quatro perspectivas: Financeiro, Clientes, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento. O alinhamento entre os objetivos estratégicos e a Missão e Visão do CREMESE foi representado em um Mapa Estratégico.

Para cada Objetivo Estratégico, foram definidos Indicadores Chaves de Performance (KPI-Key Performance Indicator), sendo apresentada a fórmula para medição, periodicidade de medição e membro da direção responsável.

Foi realizada análise dos resultados dos indicadores nos últimos três anos definidas metas para o ano de 2022. Para os indicadores sem histórico, foram estabelecidas ações de realização da medição inicial, para que possam ser definidas as metas de melhoria de desempenho.

Os KPI's devem ser desdobrados em indicadores táticos e operacionais, junto aos responsáveis pelos processos, sendo utilizada a metodologia de gestão a vista e apresentação de resultados mensais.

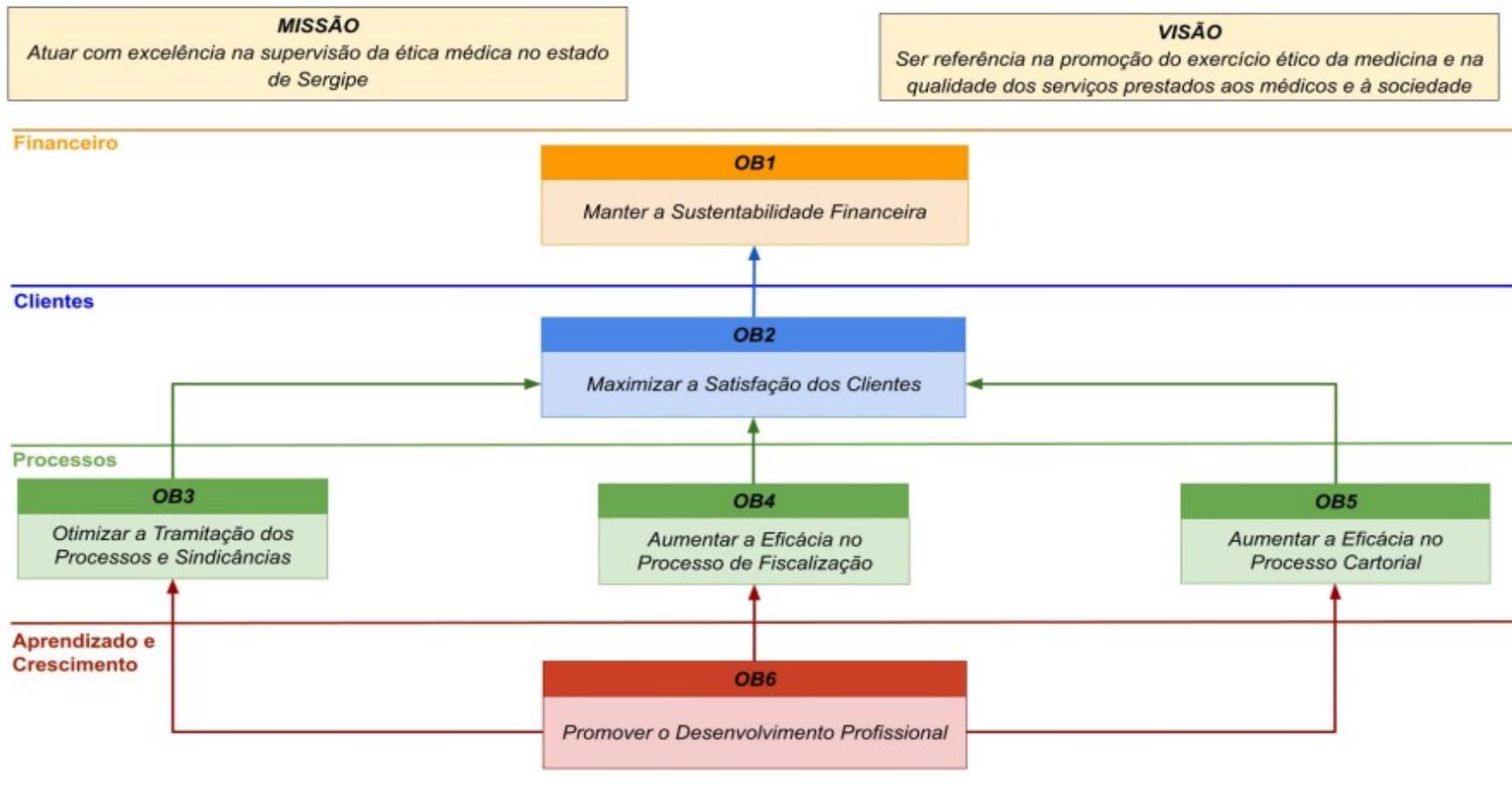
Para que os Objetivos Estratégicos sejam alcançados, foram estabelecidas ações estratégicas, denominadas Projetos Estratégicos.



MAPA ESTRATÉGICO



Mapa Estratégico



Estrutura de Governança

O CREMESE é um órgão colegiado composto por 40 conselheiros eleitos entre médicos do estado de Sergipe e dois indicados pela Associação Brasileira de Medicina/AMB, totalizando 42 membros, com mandato de cinco anos de representação. Para a consecução de seus objetivos, o Conselho é dividido em Assembleia Geral, Plenária, Diretoria, Corregedoria, Departamento de Fiscalização, Comissão de Tomada de Contas, Outras Comissões, Câmaras Técnicas e Serviços, conforme atribuições constantes no Regimento Interno de 2010.

A Alta Administração é composta pela Presidência e Diretoria, e suas competências estão listadas no art. 27 do Regimento Interno.

DIRETORIA 2022



Jilvan Pinto Monteiro
Presidente



Rika Kakuda da Costa
Vice-Presidente



Gustavo Melo Moura
1º Secretário



Renato Amorim dos Santos
2º Secretário



José Eduardo de Assis Silva
Tesoureiro

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

PLENÁRIO

O Plenário é o órgão decisório criado pela Lei 3.268/57 para análise de assuntos relacionados às competências do Conselho regional, compondo a segunda instância de julgamento no âmbito de sua jurisdição. É a instância máxima do Conselho, sendo constituído pelo Presidente e por 94 conselheiros titulares e respectivos suplentes.

DIRETORIA

A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas.

PRESIDÊNCIA

A presidência é o órgão executivo máximo da estrutura básica que tem por finalidade dirigir o CREMESE e cumprir e fazer cumprir as decisões da diretoria e do Plenário.

CUSTO DA PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHEIROS

Em virtude dos cargos de conselheiros e dirigentes dos Conselhos Profissionais serem honoríficos, não ensejando remuneração pelos serviços dedicados e para o cumprimento de sua missão institucional, o CREMESE dispõe de 29 Conselheiros atuantes em Aracaju/SE. Quando convocados para participar de reuniões plenárias,

REUNIÕES	CUSTO (R\$)
27 JULGAMENTOS	174.000,00
16 PLENÁRIAS	
10 DIRETORIAS	
1 ASSEMBLEIA GERAL	
14 REUNIÕES CFM E OUTROS	
27 RQE	
10 CODAME	
DIÁRIAS	R\$
6 FISCALIZAÇÕES	810,00
AUXÍLIOS REPRESENTAÇÃO	R\$
6 EVENTOS	1.950,00
4 FISCALIZAÇÕES	1.300,00

de diretoria, julgamentos, sindicâncias, comissões e eventos diversos, os Conselheiros recebem verbas de caráter indenizatório (diárias, jetons e auxílios representação), conforme os procedimentos e valores fixados pela Resolução CREMESE nº 03/2017.

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade e Partes Interessadas



O CREMSE disponibiliza canais gratuitos de atendimento ao cidadão e através destes recebe os mais diversos tipos de informações, sugestões, críticas, reclamações e documentos dos seus usuários.

As principais ações do Conselho (realização de cursos, comunicados, notas de esclarecimentos, entre outros) são divulgadas através das Redes Sociais, sms's, site da Instituição e o e-mail Marketing.

Central de Atendimento Telefônico e ramais: todos os setores e servidores possuem sua linha telefônica para fins de orientação e esclarecimentos sobre os diversos assuntos. Apenas informações sobre processos ético-profissionais, por serem sigilosos, não podem ser divulgadas, ou seja, somente as partes envolvidas e de forma presencial, podem solicitá-las.

Horário de Atendimento: de segunda a sexta-feira, das 08h às 14h ininterruptamente. Telefone: (79)3212-0700 e ramais elencados no site.

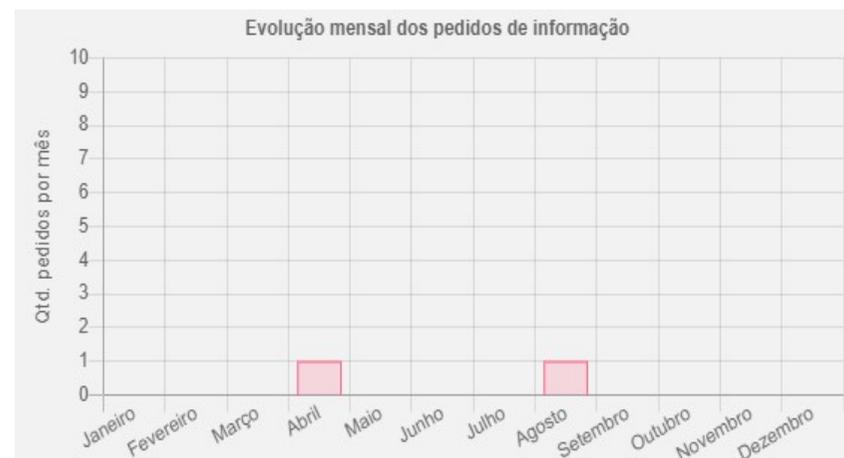
Portal CREMSE: O CRM/SE disponibiliza seu site (www.cremese.org.br) – disponível 24h, que dispõe de todas as informações sobre os serviços prestados, emissão de documentos e boletos de pagamento, atualização de endereços, informações da área médica, eventos, entre outras.

Portal da Transparência: O Portal da Transparência é o link constante no site do CREMSE onde são divulgadas diversas informações e a utilização dos recursos públicos arrecadados.

Redes Sociais: Instagram - @crm.se

Atendimento Presencial: Além do atendimento telefônico, o CREMSE disponibiliza o atendimento presencial, mediante senha, ou por correspondência.

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão: Canal onde são divulgadas as informações pertinentes ao seu funcionamento, localização e dados de contato, bem como os relatórios sobre a Lei de Acesso a Informação.



GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

GESTÃO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos realizado no planejamento estratégico teve como objetivo auxiliar na definição das ações estratégicas, levando em consideração as incertezas e a possibilidade de circunstâncias ou eventos futuros (intencionais ou não intencionais) e seus efeitos sobre os objetivos organizacionais. O método utilizado foi baseado na norma ISSO/IEC 31010:2012 e buscou identificar como os objetivos estratégicos poderiam ser afetados, analisando cada risco em termos de consequências e suas probabilidades antes de decidir as ações a serem tomadas.

Matriz de Probabilidade e Consequência

B.29 – Matriz de probabilidade/consequência (ISO 31010)

		Nível de Risco (NR = PxC)				
		Consequência				
		Insignificante	Pequena	Média	Alta	Muito Alta
PROBABILIDADE	Raro	1	2	4	8	16
	Improvável	2	4	8	16	32
	Possível	3	6	12	24	48
	Provável	4	8	16	32	64
	Quase certo	5	10	20	40	80
Nível de Risco		Zonas de Decisão		Tratamento		
NR ≤ 4		Tolerável		Manter controles existentes		
4 < NR ≤ 8		Significativo		Avaliar necessidade de novos controles		
8 < NR ≤ 16		Sério		Ação Obrigatória		
NR > 16		Intolerável / Excelente		Ação Obrigatória		

CONTROLE INTERNO

No CREMESE, a avaliação de riscos e de controles internos das operações ocorre sistematicamente em etapas: mensalmente pela Comissão de Tomada de Contas e anualmente pelo Controle Interno do Conselho Federal de Medicina e a qualquer momento, em todas as fases dos processos, pelos setores (jurídico, contábil e financeiro, judicante, fiscalizatório, cartorial, administrativo, recursos humanos etc.), em virtude de mudanças na legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades. Em caso de apontamentos de eventuais falhas e/ou oportunidades de melhorias, essas serão tratadas de forma imediata pelos gestores, no sentido de acionar a melhor forma de correção e a melhor aplicação dos recursos públicos.

Atuação da unidade de auditoria interna

O Setor de Controle Interno do CFM realiza auditorias anuais em todos os Regionais, no intuito de avaliar a adequação das operações e os controles internos utilizados no acompanhamento de suas atividades, bem como verificar a correta aplicação dos recursos financeiros e oferecer suporte técnico para o cumprimento das determinações legais e regimentais. As contas de 2022 serão auditadas em 2023, até o momento está sem data agendada. O CREMESE não possui Auditoria Independente.

Atuação da Comissão de Tomada de Contas (CTC)

A Comissão de Tomada de Contas é composta por 03 membros eleitos pelo Plenário, por período igual ao mandato da Diretoria. Suas competências estão elencadas no Regimento Interno do CREMESE e entre as atividades exercidas encontramos o acompanhamento da execução orçamentária e o exame da proposta orçamentária anual. Mensalmente, a Comissão emite relatório sobre as contas e submetem o resumo ao Plenário para aprovação.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

No âmbito administrativo, quando verificado qualquer ato ilícito ou indisciplinar cometido por colaboradores da entidade, é instaurado o processo administrativo disciplinar (PAD) para averiguação/investigação dos atos e apuração de responsabilidades com base nos fatos levantados nos processos administrativos oriundos da conduta funcional.

As situações identificadas são apuradas pela Comissão que realiza os trabalhos no prazo de 60 a 120 dias e ao final emite parecer e sugestão de encaminhamento à Diretoria e Plenária de acordo com os fatos levantados. Essa comissão é composta por um presidente e dois membros que podem ser substituídos a qualquer tempo, considerando o vínculo ou o interesse no processo em relação ao arrolado.

Em relação à Corregedoria, área responsável pelo recebimento de denúncias e consultas, a correição é realizada no início de cada ano, sendo analisadas as Sindicâncias e os Processos por ordem cronológica, observando o prazo prescricional e o tempo de tramitação dos mesmos, a fim de evitar possível prescrição por cinco anos ou por paralisação há mais de três anos. O sistema de informação dos dados (SIEM/SAS) é devidamente alimentado quanto às Sindicâncias e aos Processos.

PRINCIPAIS RISCOS E OPORTUNIDADES

A/O	Fator de Risco	Risco / oportunidade	Consequência	Probab.	Grav.	Nível do Risco	Iniciativas para Tratamento
A	Interferência do Judiciário em questões técnicas da área da saúde	(RISC.01) Decisões judiciais que revisam atos administrativos do CREMESE	Insegurança jurídica: inscrição primária e registro de qualificação de especialistas provisórios, sujeitos a cancelamento ao fim do processo judicial; descumprimento dos requisitos definidos em lei para reconhecimento do profissional como médico; possibilidade de inserção de profissionais não qualificados no mercado de trabalho, colocando em risco a segurança da população assistida.	3	8	24,0	- Trabalho educativo - abertura de um canal de diálogo com o Poder Judiciário - importância dos critérios para inscrição primária e concessão de registro de qualificação de especialista.
A/O	Avaliação de suficiência para concessão de novos CRM's (Aferição prévia de qualificação profissional mínima para o exercício da Medicina)	(RISC.02) Registro de profissionais capacitados	Maior eficiência na atuação na supervisão da ética médica	2	8	16,0	- Fortalecimento das ações da Corregedoria;
		(RISC.03) Profissionais atuando sem registro	Necessidade de Atuação mais ostensiva do CRM.	2	16	32,0	- Agilidade na tramitação de procedimentos ético-profissionais;
			Novas Judicializações	2	8	16,0	- Intensificação das ações de fiscalização; - Implementar Campanhas educativas direcionadas às instituições e

							Sociedade de forma a tornar ainda mais acessível o acesso as consultas públicas sobre os profissionais legalmente habilitados a exercer a medicina.
A	Politização da Saúde	(RISC.04) Definição de diretrizes técnicas das políticas públicas de saúde influenciada por questões políticas e não apenas científicas	Fragilização da imagem do CFM perante a sociedade	4	8	32,0	- Fortalecimento do caráter científico da atuação médica;
			Descontentamento da Classe Médica	4	4	16,0	- Estabelecer canal de diálogo com a comunidade trazendo argumentos que refutem ou minimizem o confronto de ideias para manter a confiabilidade institucional.
A	Insegurança quanto a natureza jurídica dos Conselhos	(RISC.05) Questionamentos sobre a natureza jurídica dos Conselhos Regionais e Federal de Medicina (regime jurídico direito público/regime jurídico de direito privado)	Indefinição sobre os limites de atuação dos Conselhos Regional e Federal de Medicina, bem como quanto ao regramento jurídico que lhe seja aplicável	2	4	8,0	- Trabalho de esclarecimento junto à sociedade sobre as competências e atribuições legais dos Conselhos de Medicina;
			Dificuldade em implementação de medidas administrativas de longo prazo	2	4	8,0	- Fortalecimento da cultura gerencial na instituição.
O	Participação dos conselhos na elaboração das Políticas de Saúde	(RISC.06) Aprimoramento técnico das políticas públicas de saúde formuladas	Reflexos diretos na melhoria dos serviços prestados à população e no exercício em si da Medicina	3	8	24,0	- Atuação efetiva do Conselho de Medicina em conselhos deliberativos que contam com a participação de entidades da
	Políticas públicas voltadas para a saúde						

							sociedade civil organizada.
A/O	Mudança do direcionamento estratégico decorrente de eleição	(RISC.07) Descontinuidade das ações estratégicas estabelecidas	Dificuldade no atingimento aos objetivos estratégicos	3	8	24,0	<p>- Fortalecimento da cultura gerencial na instituição;</p> <p>- Vincular as gestões futuras ao planejamento, definido através de resolução a sua aplicação por período não inferior a 05 anos;</p> <p>- Alterar o regimento Interno e incluir dentre as responsabilidades da Diretoria/Plenário a execução do plano estratégico instituído e a sua manutenção e revisão, já que estão incluídas nas responsabilidades do gestor público por força do Decreto 9.203/2017, que dispõe sobre a política de governança no setor público federal.</p>
O	Revalida	(RISC.08) Inscrição primária de profissionais graduados em Medicina por instituições de ensino superior estrangeiras	<p>Cumprimento dos requisitos definidos em lei para reconhecimento do profissional como médico</p> <p>Aumento do número de profissionais aptos</p>	4	16	64,0	<p>- Fortalecimento das ações de fiscalização;</p> <p>- Elaborar programa de monitoramento dos aspectos técnicos e</p>

							<p>ao exercício da Medicina</p> <p>Possibilidade de democratização do acesso a médicos, notadamente considerando que o Brasil é um país de extensões continentais</p>	4	8	32,0	circunstanciais que permitam coletar informações aptas a preparar e treinar o setor de inscrição ao lidar com as ocorrências decorrentes deste evento com mais eficiência e eficácia.
A	Profissionais formados em escola de Medicina do exterior e com diploma não revalidado	(RISC.09) Aumento na judicialização	Incerteza sobre a formação e qualificação técnica	5	16	80,0	- Trabalho educativo - abertura de um canal de diálogo com o Poder Judiciário - importância dos critérios para inscrição primária				
		(RISC.10) Atuação sem registro	Aumento da demanda de fiscalização	5	16	80,0	Facilitar o acesso à informação sobre os profissionais legalmente habilitados a exercer a medicina.				
A/O	Crescimento exponencial nos números de escolas / médicos	(RISC.11) Aumento de registros de novos médicos	<p>Aumento na arrecadação</p> <p>Aumento da demanda de fiscalização</p> <p>Maior abrangência de atuação dos profissionais médicos</p>	4	16	64,0	- Automação dos processo de inscrição, fiscalização e atendimentos;				
				4	8	32,0					
				4	4	16,0	- Treinar a equipe de forma continuada e realizando avaliações, aferição do atendimento aos procedimentos, sobretudo para tornar mais eficiente e eficaz os atendimentos;				
		(RISC.12) Sobrecarga de atividades nos setores	Não conseguir acompanhar o crescimento inovando em eficiência e eficácia nos atendimentos	4	8	32,0	- Desenvolvimento de procedimentos mais simplificados;				

							- Maior inserção dos terceirizados nas tarefas tidas com ordinárias e de baixa complexidade.
A	Recessão	(RISC.13) Redução do poder aquisitivo	Inadimplência	3	8	24,0	- Implementar sistemática online para facilitar negociações e parcelamentos;
			Mercantilização da medicina e redução do compromisso ético	4	8	32,0	
			Aumento da demanda de fiscalização por sobrecarga no serviço público	5	8	40,0	- Comissão de jovem médico, de forma a melhorar o conceito da classe e a sua vinculação aos princípios éticos.
O	Crescimento Econômico	(RISC.14) Aumento da demanda por serviços de saúde	Incremento da arrecadação	3	8	24,0	- Implementar sistemática online para facilitar negociações e parcelamentos;
			Redução da inadimplência	3	8	24,0	
			Ampliação do número de profissionais inscritos	4	2	8,0	- Automação dos processo de inscrição, fiscalização e atendimentos;
			Aumento no número de pessoas jurídicas registradas no Conselho	4	4	16,0	- Treinar a equipe de forma continuada e realizando avaliações, aferição do atendimento aos procedimentos, sobretudo para tornar mais eficiente e eficaz os atendimentos; - Desenvolvimento de procedimentos mais simplificados;

							- Maior inserção dos terceirizados nas tarefas tidas com ordinárias e de baixa complexidade.
A	Mercantilização da saúde	(RISC.15) Precarização dos serviços de saúde	Aumento das denúncias sobre a baixa qualidade dos serviços prestados e as violações ao Código de Ética Médica	4	8	32,0	- Implementar Campanhas educativas; - Incluir prática no Programa de educação médica continuada.
A	Abertura do mercado de Saúde Suplementar para grandes monopólios		Diminuição da arrecadação	2	2	4,0	- Implementar sistemática online para facilitar negociações e parcelamentos;
A	Novos tributos	(RISC.16) Aumento da carga tributária	Aumento da inadimplência	3	4	12,0	- Campanhas voltadas para manutenção da adimplência, explicando a função do conselho e demonstrando os resultados da sua efetiva atuação.
A/O	Exigência de constituição de pessoa jurídica para o exercício profissional	(RISC.17) Aumento no registro de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos terceirizados	Aumento da arrecadação	5	16	80,0	- Automação dos processo de inscrição, fiscalização e atendimentos;
			Aumento das demandas relacionadas à fiscalização	5	16	80,0	- Treinar a equipe de forma continuada e realizando avaliações, aferição do atendimento aos procedimentos, sobretudo para tornar mais eficiente e eficaz os

						atendimentos; - Desenvolvimento de procedimentos mais simplificados; - Maior inserção dos terceirizados nas tarefas tidas com ordinárias e de baixa complexidade.	
		(RISC.18) Confusão entre a responsabilidade pessoal do médico e o diretor técnico	Sobrecarga de atividades nos setores	5	8	40,0 - Campanha educativa para diretores técnicos (Cartilha na inscrição, comunicação periódica, SMS etc); - Estreitar a relação com os diretores técnicos.	
A	Prescrição de anuidades (receita)	(RISC.19) Dificuldades na cobrança administrativa e judicial de valores devidos e não pagos a título de anuidade por força de imposições legais	Redução da arrecadação	5	8	40,0	- Destinar pessoal e adquirir mecanismos para conduzir o processo de cobrança até execução final; - Dar baixa em empresas que já encerraram as atividades na RFB.
			Receita superestimada	5	8	40,0	
			Responsabilização da gestão	4	8	32,0	
A	Envelhecimento da população médica	(RISC.20) Isenção da Anuidade	Redução da arrecadação por jubramento	3	2	6,0	Monitorar o evento e informar o impacto financeiro.
O	Credibilidade institucional	(RISC.21) Influência nas decisões relacionadas à área da saúde	Ampliação da participação do Conselho no processo de tomada de decisões	4	8	32,0	- Monitorar as discursões da área da saúde; - Estreitar relações com outras entidades com objetivos correlatos.
O	União entre as entidades médicas	(RISC.22) Fortalecimento institucional das entidades	Ampliação da participação do Conselho no processo de tomada de decisões	5	4	20,0	

		médicas	Ações conjuntas de fiscalização	5	4	20,0	
A	Paralisação dos serviços médicos	(RISC.23) Interdição ética do serviço de saúde	Aumento das demandas fiscalizatórias	3	4	12,0	- Estabelecer plano com os processos necessários a enfrentar a crise, com definição dos responsáveis por cada etapa em caso de interdição e desinterdição.
			Aumento da demanda da Corregedoria	3	2	6,0	
A	Desconhecimento pela sociedade/médicos das atividades dos Conselhos	(RISC.24) Demandas sobre assuntos para os quais o Conselho não pode atuar	Sobrecarga	4	4	16,0	- Trabalho de esclarecimento junto à sociedade sobre as competências e atribuições legais dos Conselhos de Medicina.
			Descrédito institucional	3	4	12,0	
			Críticas sem fundamentação	3	8	24,0	
A	Telemedicina	(RISC.25) Prática de telemedicina não regulamentada	Necessidade de Atuação mais ostensiva do CRM	4	16	64,0	- Estabelecer programa de atualização de temas relevantes para todos os empregados que pode ser por meio de disponibilização de vídeos com visualização obrigatória na plataforma intranet. - Monitorar a regulamentação do tema; - Trabalhar junto ao CFM para regulamentação da Telemedicina, considerando questões éticas; - Campanha voltada para o tema ampliando o

							conhecimento a classe medica, reduzindo as inseguranças e orientando a sociedade.
O	Base de dados ampla sobre médicos e estabelecimentos de saúde	(RISC.26) Solidez e confiabilidade das informações coletadas	Visibilidade do Conselho	3	8	24,0	- Estabelecer rotina de verificação, revisão e atualização de informações constantes do dados do conselho.
			Agilidade e eficiência na prestação dos serviços	5	8	40,0	
O	Avanços tecnológicos	(RISC.27) Aprimoramento das funções institucionais do Conselho	Agilidade e eficiência na prestação dos serviços	4	16	64,0	- Elaborar estudos voltados à incorporação de novas tecnologias, estabelecendo requisitos e providências necessárias.
A/O	Mídias Sociais	(RISC.28) Melhor divulgação das atividades da instituição	Maior interação com o público	4	8	32,0	- Estabelecer agenda anual com os eventos programados; - Fortalecimento da divulgação das atividades.
			Maior número de pessoas recebendo informações sobre o conselho	4	8	32,0	
			Transmissão de orientações de forma abrangente	4	8	32,0	
		(RISC.29) Maior vulnerabilidade da instituição	Haters	4	4	16,0	- Manter o monitoramento; - Combater a contrainformação com a informação;

A	Ataques cibernéticos	(RISC.30) Vazamento de informações sigilosas / sequestro de dados	Responsabilização administrativa, civil e criminal pelo vazamento/exposição de dados pessoais, sigilosos e/ou confidenciais	3	16	48,0	- Elaborar Política de Segurança da informação.
A/O	Pandemia e colapsos ambientais	(RISC.31) Aumento da demanda por ações do Conselho	Fortalecimento insitucional	4	4	16,0	- Otimização das ações de fiscalização.
		(RISC.32) Suspensão de atendimento e de prazos processuais	Duração dos processos aumentada	4	8	32,0	- Força tarefa para realizar as atividades.
A	Ato médico	(RISC.33) Exercício ilegal da medicina	Aumento das denúncias e procedimentos ético profissionais instaurados	4	8	32,0	- Otimização das ações de fiscalização.
A	Desconhecimento das normas do CFM	(RISC.34) Descumprimento da normatização expedida pelo CFM	Exercício ilegal da Medicina	4	8	32,0	- Trabalho de esclarecimento junto à sociedade sobre as competências e atribuições legais dos Conselhos de Medicina.
			Aumento das denúncias e procedimentos ético profissionais instaurados	4	8	32,0	

RESULTADOS DA GESTÃO

Os conselhos profissionais de fiscalização foram criados com o dever legal de fiscalizar o exercício profissional, zelando pela preservação de dois aspectos fundamentais: ética e habilitação técnica para exercer as atividades, garantindo a qualidade de vida e saúde da sociedade.



ATIVIDADES FINIS:

REGISTRO

REGISTRO DE PROFISSIONAIS – Área responsável pelo registro do médico e emissão do seu número de CRM. Além disso, é o setor responsável pela manutenção do banco de dados, registros das especialidades, emissão de certidões, documentos e segundas vias, inscrições por transferências ou secundárias de médicos originários de outros estados. O Registro Profissional é obrigatório e deve ser requisitado pelos profissionais diplomados no país e no exterior, desde que se submetam ao Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (REVALIDA).

REGISTRO E CADASTRO DE EMPRESAS – Área responsável pelo registro e cadastro das empresas e estabelecimentos médicos, manter atualizado o cadastro informatizado e de documentos relativos às pessoas jurídicas, comissões de ética médica, regimentos internos de corpo clínico. O Registro de Empresa é obrigatório e deve ser requisitado pelas empresas que desejam atuar

no Estado de Sergipe. Os estabelecimentos hospitalares e de saúde mantidos pela União, Estados e Municípios deverão se cadastrar no CRM de sua respectiva jurisdição.

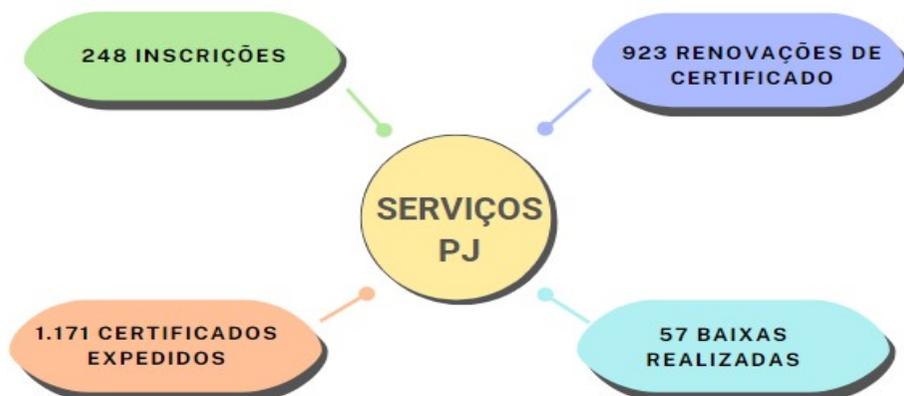
SERVIÇOS AOS MÉDICOS



RANKING DAS ESPECIALIDADES MAIS REGISTRADAS EM 2022:

- ✓ PEDIATRIA: 50
- ✓ CLÍNICA MÉDICA: 37
- ✓ GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA: 19
- ✓ CARDIOLOGIA: 18
- ✓ CIRURGIA GERAL: 16

SERVIÇOS AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE



VALORES APLICADOS NO CARTORIAL EM 2022

DESPESAS	2022
Pessoal, Encargos e Benefícios.	226.938,08
Expedição de documentos	39.762,47
Diárias	1.755,00
TOTAL	R\$268.455,55

Serviços emitidos pelo Portal

ATENDIMENTOS PORTAL



FISCALIZAÇÃO

Área que tem a responsabilidade de observar se as atividades exercidas pelo profissional e estabelecimentos inscritos estão de acordo com as normas e condutas estabelecidas no Código de Ética e legislações pertinentes. O setor fiscalizador também age como avaliador de assuntos referentes à publicidade médica, visto que existe uma legislação específica para a construção de campanhas publicitárias. Para isso, foi criada a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (CODAME), responsável em emitir pareceres, convocar médicos e pessoas jurídicas para esclarecimentos, rastrear anúncios que desobedeçam as normas legais e propor instauração de sindicância quando for detectada infração ao Código de Ética Médica.

Em 2022, o Setor de Fiscalização atendeu às solicitações do Ministério Público e de outros órgãos e deu continuidade à realização de levantamentos em grupos de instituições, além de revisão dos diversos roteiros para aprimoramento e/ou atualização dos mesmos conforme a legislação vigente. O setor conta com o trabalho de 02 (dois) médicos fiscais, além de 02 (dois) agentes fiscais, chefe e coordenador, para dar andamento aos trabalhos da fiscalização e atender à demanda, principalmente no período da pandemia COVID-19.

ANO	DEMANDAS ABERTAS	TIPO PROATIVAS	TIPO REATIVAS	DEMANDAS ADMINISTRATIVAS	ORIENTAÇÕES CODAME
2019	556	518	38	462	28
2020	144	82	62	223	8
2021	220	172	48	331	11
2022	389	241	148	287	10

NOTIFICAÇÕES ENVIADAS	
2019	293
2020	108
2021	247
2022	366

- 56 municípios alcançados.
- As demandas proativas são ações propostas pela presidência e coordenação da fiscalização e fiscalizações espontâneas (241 demandas). São ações administrativas para liberação de registros definitivos e demandas para identificação de estabelecimentos que atuam sem inscrição.
- As demandas reativas são oriundas de solicitações do Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Justiça e outros, em 2022 foram 108 oriundas do Setor de Registro e 40 em atendimento ao MPE e Tribunais.
- Das demandas administrativas, 65 foram cancelamentos de inscrição e 228 liberações de inscrições definitivas.

TRATAMENTO:

Das demandas proativas e reativas:

- ✓ 79 pessoas jurídicas foram vistoriadas antes da liberação da inscrição definitiva;
- ✓ 27 unidades tiveram a anotação de pendência com o DEFIS registrada em seu cadastro, impossibilitando a emissão de certificado de regularidade de inscrição;
- ✓ 12 unidades apresentaram comprovação documental de atendimento ao que foi notificado.

Das notificações:

- ✓ As notificações podem ser de 2 tipos: notificações pós-vistoria para regularização de desconformidades e notificações para inscrição.
- ✓ 122 Pessoas Jurídicas e 21 Pessoas Físicas sem inscrição identificadas em diligência. Das 122 empresas, 63 se inscreveram, dos 21 médicos, 20 se inscreveram.

CODAME

- A CODAME analisou 65 casos de publicidade de Pessoas Físicas e 12 de Pessoas Jurídicas, em 10 reuniões ao longo do ano de 2022. A medição da

efetividade foi realizada por meio de reincidências, havendo sido registrado 4 processos, que foram encaminhados à Corregedoria para providências.

COMISSÕES DE ÉTICA

- Homologadas 08 comissões de ética.
- Finalidade: atendimento ao que estabelece a Resolução CFM 2152/2016 (funções investigatórias, educativas e fiscalizadoras do desempenho ético da medicina)

VALORES APLICADOS NA FISCALIZAÇÃO EM 2022

DESPESAS	2022
Diárias	20.790,00
Pessoal, Encargos e Benefícios.	500.026,49
Combustível, Seguro e manutenção de veículos.	14.457,66
Auxílio Representação	500,00
Materiais	6.580,87
Equipamentos	15.000,00
TOTAL	R\$557.355,02

SUPERVISÃO DA ÉTICA – ATIVIDADE JUDICANTE

SINDICÂNCIAS - Tem por atribuição receber as denúncias, as quais são autuadas e tem prosseguimento de acordo com o que determina o Código de Processo Ético Profissional e demais legislações em vigor, sendo realizados todos os atos processuais que se fizerem necessários.

PROCESSO ÉTICO – O processo ético-profissional é um processo administrativo que por meio dele, se apura a conduta profissional do médico, conforme referida pelo relatório final da sindicância. Tem por finalidade, aprofundar a investigação, através de depoimentos pessoais dos envolvidos e de testemunhas, para que ao final, proceda a denúncia.



VALORES APLICADOS NA ÁREA JUDICANTE EM 2022

DESPESAS	2022
Pessoal, Encargos e Benefícios.	140.786,64
Publicações	1.912,22
Defensor Dativo	2.736,48
Sessões de Julgamento	128.400,00
TOTAL	R\$273.835,34

DADOS E INDICADORES DE 2022

Classificação	Resultados	Informações
Julgamento de Processos Éticos	18	34 médicos julgados
Sindicâncias Julgadas	55	44 decisões de arquivamento e 14
Processos Éticos Instaurados	14	instaurações de processo ético profissional
Sindicâncias Instauradas	53	
Sindicâncias em trâmite	85	
Processos Éticos em trâmite	93	
TAC homologado	2	

Sanções aplicadas		
Advertência Confidencial	3	
Censura Confidencial	4	
Absolvição	27	



De acordo com o IDP – Índice de Desempenho de Processos (IDP= Número de PEP's julgados/Número de PEP's instaurados) utilizado pela Corregedoria do CFM e considerando que os valores quantitativos de referência são:

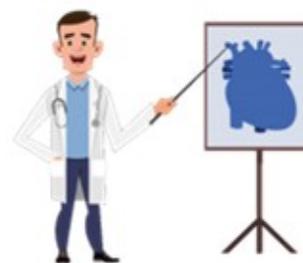
Excelente: > = 1; Bom: 0,75 – 0,99; Regular: 0,51 – 0,74; Péssimo: < = 0,50

CRM/SE IDP: 18/14 = 1,28 > 1

Considerando os dados obtidos até o ano de 2022, o IDP ficou em torno de 1,28, alcançando o nível Excelente.

EDUCAÇÃO MÉDICA CONTINUADA

A Educação Médica Continuada visa ministrar cursos de atualização profissional, educação preventiva e outros mecanismos de orientação visando à prevenção de erros médicos, propiciando mais segurança e eficácia na atuação do profissional e na qualidade do atendimento aos pacientes. O projeto é de extrema importância, pois possibilita aos médicos o acesso a conteúdo científico atual, de forma gratuita e dinâmica. Trata-se de uma valiosa contribuição à classe médica, que democratiza o acesso ao conhecimento desenvolvido em centros de referência e beneficia diretamente a assistência à saúde da sociedade. Em 2022, o CREMSE realizou 06 módulos de forma mista (online e presencial) nas especialidades: Psiquiatria, Cardiologia, Neurologia, entre outras, com uma média de 122 participantes, mais de 60 mil de sms's enviados e aplicação de recursos no montante de R\$109.841,44.



INVESTIMENTOS EMC 2022	R\$
Hora-aula	7.400,00
Auxílio Representação	1.200,00
SMS	19.497,44
Capacitação	444,00
STPJ - Ministração de curso	66.300,00
Equipamentos (wireless)	15.000,00

O valor aplicado no Projeto de Educação Médica Continuada refere-se somente à contrapartida do CFM, não incluídos materiais de expediente e consumo, serviços gráficos, horas-extras de funcionários, auxílios-representação de Conselheiros, entre outras despesas efetuadas pelo CREMSE

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Gestão Orçamentária e Financeira

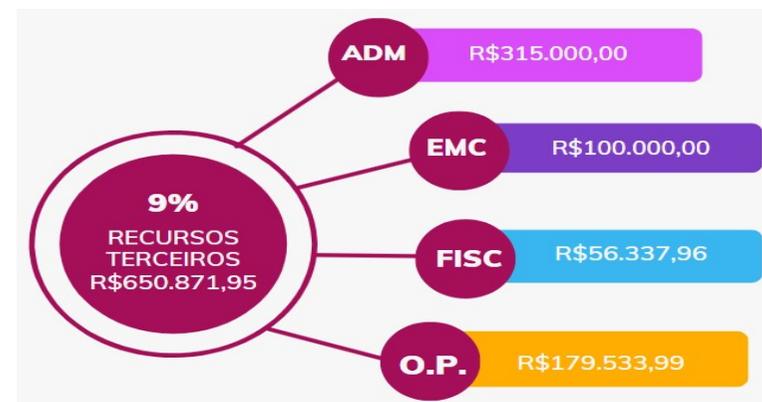
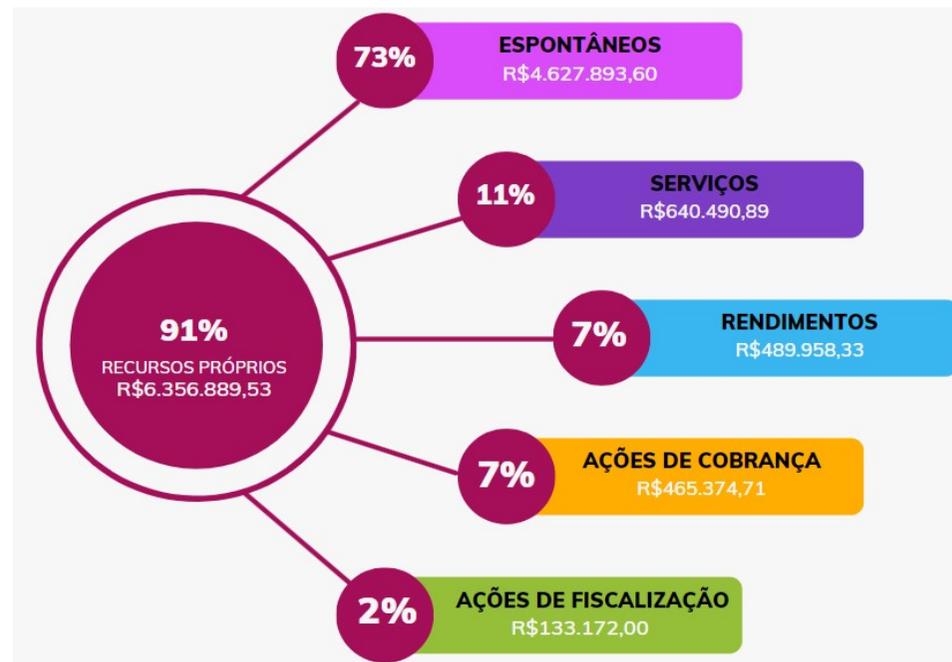
O CREMESE elabora seu orçamento anualmente com base nas instruções e Resoluções do CFM, e o submete à análise da Diretoria que delibera para aprovação do Plenário e, posteriormente, ao Conselho Federal. Para o exercício de 2022, o orçamento foi aprovado na Plenária de 25/10/2021, e aprovado na Plenária do CFM em 16/12/2021 – Resolução CFM nº 2.301/2021 e publicada no Diário Oficial da União em 16/12/2021, nº 242, na Seção I, p.361.

ORIGEM DAS RECEITAS

O CREMESE não recebe repasses da União e os nossos recursos são provenientes da arrecadação das anuidades, multas e serviços, composta basicamente por Receitas Correntes (de Contribuições, Patrimoniais, de Serviços, Transferências e Outras Receitas Correntes) e Receitas de Capital (Operações de Crédito, Alienação de Bens, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital), além das doações de recursos, através de Convênios firmados entre o CREMESE e o CFM.

As Receitas de Contribuições são classificadas em Anuidades de Pessoas Físicas e de Pessoas Jurídicas e correspondem a 67% da arrecadação do Conselho. Essa cobrança, disposto no artigo 149 da Constituição Federal de 1988, foi regulamentada pelo art. 16 da Lei 3.268/57, e seus valores fixados pela Lei 12.514/11 e Resolução 2280/2020 do CFM.

Ano	Recursos	
	Próprios	Terceiros (CFM)
2020	87 %	13 %
2021	88 %	12 %
2022	91 %	9 %



ARRECAÇÃO

Comparativo de Arrecadação 2020 x 2021 X 2022:

COMPARATIVO DA RECEITA	2020	2021	2022
CONTRIBUIÇÕES	4.023.202,99	4.469.344,40	4.824.975,12
PATRIMONIAIS	14.039,13	109.973,42	489.958,33
SERVIÇOS	553.911,11	810.373,42	718.850,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	690.983,26	751.034,92	620.871,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	208.159,79	254.376,04	323.105,19
CAPITAL	0,00	0,00	30.000,00
RECEITA REALIZADA	5.490.296,28	6.395.102,20	7.007.761,48

Fonte de recursos:

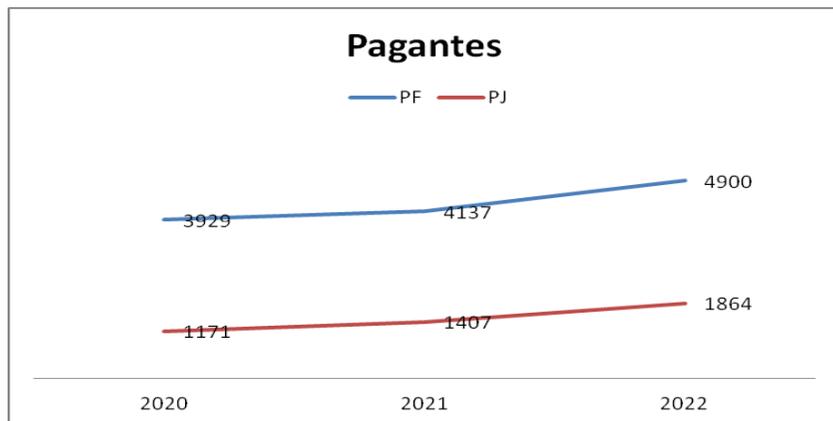
2021	2022	Variação %
Receita Corrente Orçada 6.462.761,37	Receita Corrente Orçada 7.429.704,98	15%
Receita Capital Orçada 568.619,97	Receita Capital Orçada 135.000,00	-76%
RECEITA PREVISTA 7.031.381,34	RECEITA PREVISTA 7.564.704,98	7,58%
Receita Corrente Realizada 6.395.102,20	Receita Corrente Realizada 6.977.761,48	9%
Receita Capital Realizada 0,00	Receita Capital Realizada 30.000,00	
RECEITA REALIZADA 6.395.102,20	RECEITA REALIZADA 7.007.761,48	10%

A receita orçada, em comparação ao exercício de 2021, teve incremento de 7,58%, enquanto que a receita realizada apresentou crescimento de 10%, equivalente a R\$612.659,28.

Composição da Receita 2022



Evolução dos pagantes:



A receita do CREMESE apresenta constante evolução nos últimos anos, tendo como principais fatores: o crescimento contínuo do número de médicos e de empresas médicas registradas, do crescimento das escolas médicas, das cobranças administrativas e da fiscalização.

Inadimplência:

Ref:	PF		PJ	
	CRM/SE	MÉDIA NACIONAL	CRM/SE	MÉDIA NACIONAL
2020	14,7%	15,5%	20,9%	19,4%
2021	10,4%	15,0%	17,8%	19,9%
2022	8,2%	-	19,4%	-

Renúncia de Receita:

Ao Conselho Federal de Medicina, amparado pela Lei nº 12.514/2011, cabe estabelecer o valor das anuidades, os descontos e os critérios de isenção, e ao Conselho Regional de Medicina efetivamente arrecadar todas as contribuições de sua competência institucional. Através da Resolução CFM nº 2.298/2021 que fixa os valores das anuidades e taxas para o exercício 2022, dispõe na Seção II do Capítulo I as regras para as isenções pessoas físicas e na Seção II do Capítulo II para isenção das pessoas jurídicas.

Médicos	2022	
	Quant.	Valor
Isenção por Idade (70 anos)	545	420.740,00
Desconto na 1ª inscrição (60%)	431	81.368,80
Desconto por pagamento antecipado da anuidade em Janeiro e Fevereiro	4430	295.274,90
Isenção por doença incapacitante	02	1.544,00
Sub-total Renúncia PF		798.927,70
Empresas-médicas	2022	
	Quant.	Valor
Desconto anuidade PJ com até 2 sócios e 1ª faixa de capital (80%)	05	3.088,00
Sub-total Renúncia PJ		3.088,00
TOTAL GERAL RENÚNCIA 2022		802.015,70

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 14, § 1º, a renúncia de receitas “compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução

discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado”.

O Tribunal de Contas da União tem a competência para fiscalizar as renúncias de receitas com base no art. 70 da Constituição Federal, disciplinada no art. 1º, § 1º, da Lei 8.443/1992. De acordo com esse dispositivo, o TCU, no julgamento das contas e na fiscalização que lhe compete, decidirá sobre a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções e a renúncia de receitas.

COBRANÇA

O Setor de Cobrança é a área responsável pelas cobranças administrativas e judiciais dos débitos devidos pelos profissionais e empresas inscritas. Além disso, executa os pedidos de parcelamento, remissões e anistia de débitos.

PARCELAMENTO DE DÉBITOS

É permitido o parcelamento de débitos em aberto em até 12 parcelas, conforme determinação da Resolução de Anuidade do CFM. A partir do exercício de 2020, foi permitido o parcelamento via cartão de crédito de forma presencial. Nosso intuito é realizar os parcelamentos de forma online, porém dependemos do CFM, proprietário do sistema, para colocar em prática.



O oferecimento da possibilidade de parcelamento de débitos em cartão de crédito a partir de 2020 e, posteriormente através do site da instituição, além de realizar campanhas para regularização de débitos com divulgação nas redes sociais e no site da instituição, poderá contribuir positivamente na redução dos índices de inadimplência da entidade.

CREMESE - QUANTITATIVO DE PARCELAMENTOS REALIZADOS EM 2022

MODALIDADE	TIPOS DE PARCELAMENTO	VALOR RECEBIDO	QUANT. DE ATENDIMENTOS	% DE INADIMPLÊNCIA
BOLETO BANCÁRIO	Parcelamento de anuidades anteriores - PF	R\$ 154.499,59	196	11,22
	Parcelamento de anuidades anteriores - PJ	R\$ 52.609,15	33	9,09
	Parcelamento da anuidade do exercício - PF	R\$ 177.065,91	221	11,76
	Parcelamento da anuidade do exercício - PJ	R\$ 189.622,05	163	3,07
CARTÃO DE CRÉDITO	Parcelamento de anuidades de exercícios anteriores - PF	R\$ 31.726,41	35	
	Parcelamento de anuidades exercícios anteriores - PJ	R\$ 11.396,85	14	
	Parcelamento da anuidade do exercício - PF	R\$ 43.632,09	46	
	Parcelamento da anuidade do exercício - PJ	R\$ 23.507,95	20	
TOTAL		R\$ 684.060,00	728	

COBRANÇA DE PROFISSIONAIS E EMPRESAS COM DÉBITOS

Os débitos em atraso podem ser verificados através do Portal de Serviços. As cobranças administrativas podem ser realizadas através de e-mails, sms's, protesto em cartório e notificações via Correios, porém é necessário que o cadastro do médico e das empresas esteja atualizado.

VALORES RECUPERADOS		
ANO	PF	PJ
2000 a 2010	1.033,02	703,76
2011	1.177,96	2.691,39
2012	1.475,09	1.656,31
2013	1.478,67	1.845,42
2014	2.197,98	1.852,79
2015	3.613,08	757,46
2016	5.667,97	5.276,81
2017	11.018,70	4.264,73
2018	15.530,20	2.405,45
2019	27.912,44	12.457,90
2020	86.972,56	30.695,68
2021	184.660,22	60.240,10
TOTAL	342.737,89	124.847,80

Cobranças por e-mail	1172
Cartas enviadas	89
Parcelamentos realizados	728
SMS's enviados	27.866

DESPESAS

EXECUÇÃO DAS DESPESAS EM 2022:

As despesas do CREMSE são formadas pelos grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital. O desempenho orçamentário e financeiro é acompanhado mensalmente pelas Comissões de Tomada de Contas e os balancetes apresentados e analisados pelo Pleno, sendo todas as variações e possíveis desencaixes ocasionados por contingências, ajustados tempestivamente visando à saúde financeira da entidade.

COMPARATIVO DA DESPESA	2019	2020	2021	2022	Evolução (%) 2021 X 2022
DESPESA CORRENTE	4.063.343,23	4.144.119,40	4.918.677,31	5.530.823,97	12%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.417.688,92	1.663.114,92	1.923.445,17	2.012.867,97	5%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.645.654,31	2.481.004,48	2.995.232,14	3.517.956,00	17%
DESPESA DE CAPITAL	96.883,88	102.206,81	176.630,99	139.546,00	-21%
INVESTIMENTOS	96.883,88	102.206,81	176.630,99	139.546,00	-21%
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00			-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00			-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00			-
DESPESA EXECUTADA	4.160.227,11	4.246.326,21	5.095.308,30	5.670.369,97	11%

Com relação à evolução das despesas, o acréscimo das despesas correntes de 2021 em relação a 2022, justifica-se pelo aumento do quadro de funcionários, aplicação do reajuste salarial e promoções por mérito, além da expansão das atividades e investimentos em projetos e reajustes contratuais.

ANO	2019	2020	2021	2022
DESPESA ORÇADA	6.964.744,47	6.789.513,98	7.031.381,34	7.564.704,98
DESPESA EXECUTADA	4.160.227,11	4.246.326,21	5.095.308,30	5.610.520,89
%	59,73	62,54	72,47	74,17

DESPESA	R\$
Folha de Salários e Férias	1.235.154,11
Impostos e contribuições	614.251,26
Plano de Saúde	308.840,22
Auxílio Alimentação	230.387,83
Manutenção de Software	6.041,76
Telefonia e Internet	34.406,38
Vigilância Ostensiva	252.078,28
Água e Esgoto	23.136,53
Combustível	14.047,46
Planejamento Estratégico	120.000,00
Limpeza e Administrativo	273.300,06
Energia Elétrica	89.385,22
Passagens	23.319,47
Postagens	22.307,27
Locação equipamentos	7.800,00
Material de Expediente e Consumo	36.890,40
Equip e material permanente	400.796,17
Reforma e Ampliação da Sede	441.704,31
Custas/Decisões Judiciais	30.619,63
Publicação/Recortes Jornais	7.038,22
Suprimentos	7.500,00
Tarifas Bancárias	4.119,68
Diárias	29.860,00
Hora-aula	6.808,50
Jetons e Auxílios	170.083,00

GESTÃO DE PESSOAS

O recrutamento externo para quadro próprio do CREMESE é obtido por meio de concurso em perfis de competências (art. 37, II, CF), e o contrato é firmado com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho;

O recrutamento externo relativo a cargos de livre provimento de natureza técnica ou gerencial tem seus perfis de competências instituídos por meio de resolução, e o contrato é firmado com base no Decreto-Lei nº 5.452/1943, Consolidação das Leis do Trabalho.

A Resolução 04/2019, institui e regulamenta, no âmbito do CREMESE, os cargos de:

- 1) Coordenador de Gabinete da Presidência;
- 2) Coordenador de Gestão, Orçamento e Finanças;
- 3) Assessor de Comunicação/Imprensa;
- 4) Assessor Técnico de Obras e Projetos.

O recrutamento interno tem seus perfis de competências instituídos por meio de resolução, a exemplo da Resolução 15/2020, que institui e regulamenta, no âmbito do CREMESE, as seguintes funções gratificadas:

- 1) Coordenador Administrativo;
- 2) Chefe do Setor de Tecnologia da Informação;
- 3) Chefe do Departamento de Fiscalização;
- 4) Chefe do Registro Médico;
- 5) Chefe do Setor Jurídico.

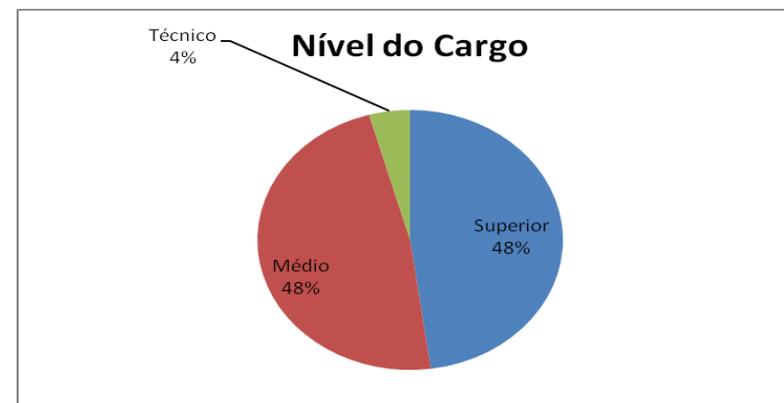
Nosso quadro de pessoal em 2022 foi composto por 23 cargos, com a contratação de 01 assistente administrativo.



PESSOAL	
CARGO	QUANT
Auxiliar Administrativo	09
Advogada/Assessora Jurídica	02
Analista de Sistema	02
Médico Fiscal	02
Motorista	01
Recepcionista	01
Secretária Executiva	01
Téc. Contabilidade	01
Assessoria Comunicação	01
Coordenação	03
TOTAL FUNCIONÁRIOS	23
Limpeza	04
Vigilância	04
Apoio Administrativo	03
TOTAL TERCEIRIZADO	11
TOTAL GERAL	34

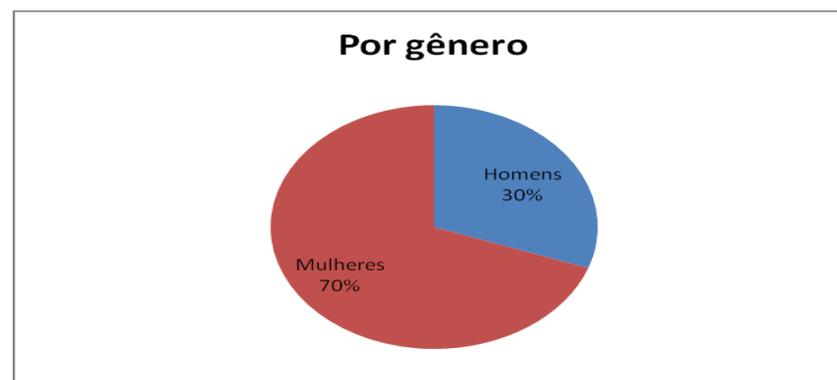
INPC acumulado nos últimos 12 meses, além da contratação de 01 (um) auxiliar administrativo.

PERFIL DOS COLABORADORES

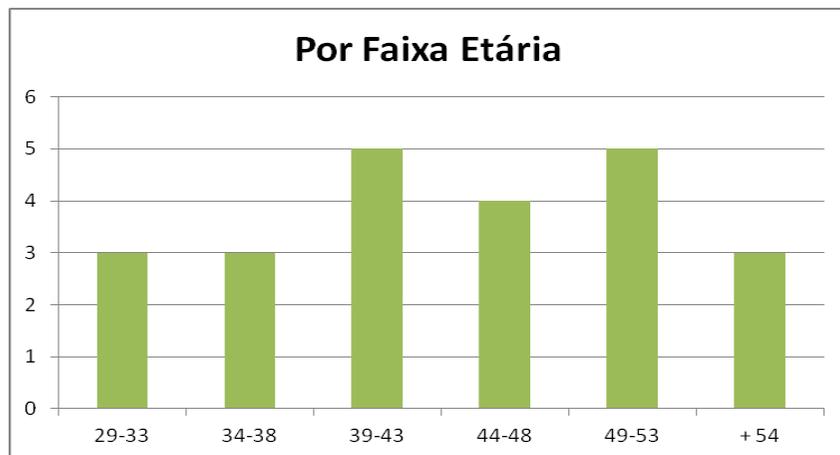


DESPESAS COM PESSOAL	R\$
SALÁRIOS, FÉRIAS E 13°.	1.522.817,66
FGTS	120.631,19
PREVIDÊNCIA	352.379,72
PIS/PASEP	15.052,51
TOTAL	2.010.881,08

DESPESA	2020	2021	2022
Provento	1.268.508,96	1.337.493,17	1.412.258,03
Desconto	439.525,73	455.964,57	466.863,30
Líquido	828.983,23	881.528,60	945.394,73



Considerando os dados apresentados, o acréscimo na despesa com pessoal se deu preponderantemente em função de reajuste de 10,16%, correspondente ao



CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

O CREMESE, em 2022, estabeleceu o Programa de Capacitação Continuada para os empregados, com a distribuição de diversos cursos online de conhecimentos gerais e específicos, otimizando os custos e buscando melhorar o desempenho dos colaboradores. Segue abaixo, a lista de temas indicados:

TEMA	QTD	FORMATO
SEI USAR	21	online
SEI ADMINISTRAR	19	online
GESTÃO DOCUMENTAL	14	online
EXCELÊNCIA EM ATENDIMENTO	17	online
PRÁTICA EM ARQUIVO	10	online
ACORDO ORTOGRÁFICO	3	online
INTRODUÇÃO A LICITAÇÃO	10	online
TERMO DE REFERÊNCIA	4	online
CAPACITAÇÃO PREGOEIRO	3	online
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	9	online
LAI - Lei de Acesso à Informação	3	online
AUTOCONHECIMENTO E MÓTIVAÇÃO	2	online
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	4	online
ADMINISTRAÇÃO DE TEMPO NO TRABALHO	4	online
MANTENDO O ESTOQUE EM DIA	10	online

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contratações realizadas em 2022:

Tipo	Quant	Valor Contratado
Pregão Eletrônico	10	1.043.201,44
Dispensa Eletrônica	15	419.150,56
Inexigibilidade	2	91.357,00

TIPO	VALOR
Serviços	1.249.168,19
Equipamentos e Material Permanente	304.540,81

Contratações mais relevantes e associação aos objetivos estratégicos e justificativa para as contratações:

O CREMESE intensificou os esforços em concluir os serviços de reforma da sede, bem como a compra dos móveis e contratações de serviços para as reestruturação física predial. Todas as ações acima foram previamente definidas no plano anual de contratações.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização:

A CPL participou ativamente nos processos de contratações diretas, realizando adequações e o estudo da necessidade do objeto em questão. O principal tipo de contratação direta se deu na forma de dispensa de licitação em função do pequeno valor. Foi utilizado também o SRP – Sistema de Registro de Preços (Decreto no

7.892, de 23 de Janeiro de 2013), na qualidade de órgão/entidade NÃO PARTICIPANTE – Órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos da legislação referente ao registro de preço, faz adesão à Ata de Registro de Preços. O órgão não participante é também conhecido como “carona”. Todas as aquisições objetivaram atender necessidades do ente.

Principais desafios e ações futuras:

O desafio em relação às compras é elaborar o plano anual de contratações cada vez mais realístico e próximo das necessidades da instituição. Seguir esse plano sem a interferência de imprevisibilidades “previsíveis” é de vital importância para que os processos de aquisições sejam feitos de forma racional, e dentro do prazo necessário. Para que isso ocorra, a alta gestão e todos os servidores devem compreender que o processo de contratação/suprimento de insumos e serviços não é tarefa única da comissão de licitação, pelo contrário, todos têm a obrigação de fazer levantamentos de suas necessidades, buscando adquirir o objeto ou serviço, fazendo com antecedência os estudos e delineando o objeto de forma que este resulte, ao final, em uma contratação satisfatória. A nova lei de licitações e contratos, Lei nº 14.133/2021, como nova ferramenta de trabalho, será um fator a mais de adaptação não somente aos setores de aquisição/contratação, mas a todos os envolvidos diretamente nestes processos. O investimento em cursos será fundamental para qualificar estes agentes públicos.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Gestão da Tecnologia da Informação no CREMSE fica a cargo do Setor de Tecnologia da Informação (STI), que é responsável por inovar, aprimorar, programar e gerenciar sistemas informatizados e cuidar para que esses sistemas sejam seguros e amigáveis para os usuários. Definir estratégias de uso dos recursos de informática para garantir o melhor desempenho de cada setor, além de diagnosticar disfunções do sistema, solucionar problemas de rede e escolher os projetos de informática a serem adotados.

Recursos aplicados em T.I.

Serviço	Valor
Serviço de Internet (<i>link</i>)	R\$12.035,14
Serviços SMS	R\$17.810,26
Locação de equipamentos	R\$7.150,00
Equipamentos	R\$114.662,90
Manutenção de Sistemas	R\$20.900,05
Total	R\$172.558,35

SISTEMAS UTILIZADOS

Sistema	CR-Virtual
Objetivo:	Controle das fiscalizações executadas pelo CREMSE
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Controle das fiscalizações realizadas alimentando o banco de dados de nacional de fiscalização.
Informações Adicionais	Sistema contratado pelo CFM e fornecido ao CREMSE.

Sistema	Sistema de Folha de Pagamento
Objetivo:	Controle e processamento da Folha de Pagamento da instituição
Responsável Técnico	Setor de TI

Criticidade	Alta
Principais funções	Controle dos Servidores em todos os estágios legais e gerenciais, documento de emissão obrigatória para efeito de pagamento de pessoal, de fiscalização trabalhista e previdenciária.
Informações Adicionais	Fornecido pela empresa DIRETRIZ

Sistema	GLPI
Objetivo:	Gestão de ativos e <i>Help Desk</i>
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Média
Principais funções	Criação de uma base de dados com histórico de atendimentos realizados, evitando perda de informação; supervisionar tarefas delegadas e controlar prazos de execução.
Informações Adicionais	Sistema <i>Open-Source</i> Implementado pela TI do CREMSE

Sistema	NovoSGA
Objetivo:	Gestão de Gerenciamento de Atendimento
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Oferece o controle de filas de atendimento através de emissão de senhas e chamada das mesmas através de painéis, apresenta uma série de recursos que auxiliam na gerência e administração das unidades de atendimento.
Informações Adicionais	Sistema <i>Open Source</i> implementado pela TI do CREMSE

Sistema	Ponto ALL
Objetivo:	Controle de Ponto
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Gerenciamento de controle de ponto
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Henry

Sistema	Sistema de Gestão Integrada
Objetivo:	Registro integrado das informações financeiras, contábeis, diárias , passagens, almoxarifado, patrimônio e portal da transparência
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Registro contábil, controle da execução orçamentária, controle e realização de todos os pagamentos, controle do almoxarifado, controle dos bens patrimoniais e geração de depreciação e amortização pertinentes aos bens registrados, registro: das passagens, das diárias e dos Jetons e publicações no portal da Transparência.
Informações Adicionais	Sistema fornecido pela empresa Implanta Informática

Sistema	SIEM – Sistema Integrado dos Conselhos de Medicina
Objetivo:	Cadastro dos médicos, das empresas médicas, do controle de documentos, do cadastro de sindicâncias, processos éticos, processos administrativos e cadastro da arrecadação e da dívida ativa.
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Banco de dado com informações sobre os médicos e as empresas médicas do estado de Sergipe
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Sistema	Carteira Nacional do Médicos
Objetivo:	Gerar a carteira Nacional dos médicos
Responsável Técnico	Setor de TI
Criticidade	Alta
Principais funções	Captura dos dados biométricos dos médicos, solicitar a emissão da carteira Nacional dos Médicos e fornecer esta carteira, possui interação com o sistema de Cadastro dos médicos do SIEM
Informações Adicionais	Sistema Desenvolvido pelo CFM

Ações de Desenvolvimento

- Sistema de Gerenciamento de Eventos – SGE;

- Sistema destinado ao recebimento e validação de Dados Estatísticos;
- Sistema de registro das entrevistas da Pesquisa de Satisfação dos Médicos;
- Gestão de Demandas de Sistemas;

Ações de Infraestrutura em TI

- Reestruturação dos Serviços de Armazenamento de Arquivos – DFS;
- Wifi corporativo;
- Solução de Backup (ampliar);
- Novos ativos de Rede;

- Aquisição de *Storage*;

Ações de Aquisição de Soluções de TI

- Reformulação do Portal de Serviços;
- Software de edição de imagens;
- Sistema de Gestão de Processos;
- Aquisição do Adobe Acrobat X Pro;
- Demais Softwares necessários às Atividades;
- Regularizar e Adquirir licenças dos softwares em produção.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanco Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2021 a 31/12/2021

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	5.275.136,29	4.449.904,89	PASSIVO CIRCULANTE	576.609,92	321.762,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.014.288,05	4.288.076,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	125.927,57	22.458,19
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	50.000,00C	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	159.006,47	115.404,60	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	59.849,07	3.685,55
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	11.380,29	7.149,39
ESTOQUES	101.841,77	96.423,75	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	2.180,47	798,57
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	203.718,53	152.956,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	173.553,99	134.713,86
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	5.492.157,68	5.038.590,18	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	75.198,80	75.198,80	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	75.198,80	75.198,80	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	5.416.958,88	4.963.391,38	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.147.676,87	2.218.168,35	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	5.850.310,77	5.109.859,81	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.581.028,76C	2.364.636,78C	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	576.609,92	321.762,29

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	10.190.684,05	9.166.732,78
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.190.684,05	9.166.732,78
TOTAL	10.767.293,97	9.488.495,07	TOTAL	10.767.293,97	9.488.495,07
ATIVO FINANCEIRO	5.248.493,32	4.478.679,94	PASSIVO FINANCEIRO	973.366,09	1.354.850,23
ATIVO PERMANENTE	5.518.800,65	5.009.815,13	PASSIVO PERMANENTE	203.718,53	152.956,73
SALDO PATRIMONIAL				9.590.209,35	7.980.688,11

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	4.275.127,23	3.123.829,71

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	7.429.704,98	7.429.704,98	6.977.761,48	-451.943,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.496.952,00	5.496.952,00	4.824.975,12	-671.976,88
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	5.496.952,00	5.496.952,00	4.824.975,12	-671.976,88
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.651.352,00	3.651.352,00	3.341.554,09	-309.797,91
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.845.600,00	1.845.600,00	1.483.421,03	-362.178,97
RECEITAS PATRIMONIAIS	70.000,00	70.000,00	489.958,33	419.958,33
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	70.000,00	70.000,00	489.958,33	419.958,33
RECEITAS DE SERVIÇOS	685.685,00	685.685,00	718.850,89	33.165,89
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	685.685,00	685.685,00	718.850,89	33.165,89
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	944.067,98	944.067,98	620.871,95	-323.196,03
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	944.067,98	944.067,98	620.871,95	-323.196,03
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	944.067,98	944.067,98	620.871,95	-323.196,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	233.000,00	233.000,00	323.105,19	90.105,19
MULTAS E JUROS DE MORA	163.000,00	163.000,00	157.996,55	-5.003,45
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	75.000,00	75.000,00	84.381,61	9.381,61
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	50.000,00	50.000,00	63.572,27	13.572,27
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	38.000,00	38.000,00	10.042,67	-27.957,33
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	50,00	50,00
RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	50,00	50,00

RELATO INTEGRADO 2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	70.000,00	70.000,00	165.058,64	95.058,64		
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	165.058,64	95.058,64		
RECEITA DE CAPITAL	135.000,00	135.000,00	30.000,00	-105.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	105.000,00	105.000,00	0,00	-105.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	30.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	7.564.704,98	7.564.704,98	7.007.761,48	-556.943,50		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	7.564.704,98	7.564.704,98	7.007.761,48	-556.943,50		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL	7.564.704,98	7.564.704,98	6.127.742,36	5.670.369,97	5.610.520,89	1.436.962,62
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS CORRENTES	7.034.704,98	7.034.704,98	5.894.172,46	5.530.823,97	5.470.974,89	1.140.532,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.320.820,61	2.077.936,75	2.012.867,97	2.012.867,97	2.012.867,97	65.068,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	2.320.820,61	2.077.936,75	2.012.867,97	2.012.867,97	2.012.867,97	65.068,78
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.541.400,00	1.449.242,27	1.427.921,70	1.427.921,70	1.427.921,70	21.320,57
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	482.400,00	494.900,00	488.063,42	488.063,42	488.063,42	6.836,58
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	115.200,00	99.200,00	94.895,96	94.895,96	94.895,96	4.304,04
DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS	20.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
SENTENÇAS JUDICIAIS	161.820,61	18.607,59	0,00	0,00	0,00	18.607,59
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.986,89	1.986,89	1.986,89	1.986,89	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.713.884,37	4.956.768,23	3.881.304,49	3.517.956,00	3.458.106,92	1.075.463,74
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.899.940,00	1.899.940,00	1.760.026,53	1.760.026,53	1.760.026,53	139.913,47
CONTRIBUIÇÕES	1.899.940,00	1.899.940,00	1.760.026,53	1.760.026,53	1.760.026,53	139.913,47

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	2.813.944,37	3.056.828,23	2.121.277,96	1.757.929,47	1.698.080,39	935.550,27
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	145.000,00	95.000,00	23.725,00	23.590,00	23.590,00	71.275,00
MATERIAL DE CONSUMO	196.000,00	211.000,00	96.996,54	52.205,68	52.205,68	114.003,46
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	179.160,00	179.160,00	23.319,47	23.319,47	23.319,47	155.840,53
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	424.533,99	424.546,43	195.569,73	195.569,73	137.369,73	228.976,70
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	498.000,00	528.323,84	527.771,32	487.153,50	487.153,50	552,52
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.320.650,38	1.563.499,42	1.247.885,24	970.080,43	968.431,35	315.614,18
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.600,00	2.600,00	445,02	445,02	445,02	2.154,98
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	22,38	22,38	22,38	22,38	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	48.000,00	52.676,16	5.543,26	5.543,26	5.543,26	47.132,90
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESAS DE CAPITAL	530.000,00	530.000,00	233.569,90	139.546,00	139.546,00	296.430,10
INVESTIMENTOS	530.000,00	530.000,00	233.569,90	139.546,00	139.546,00	296.430,10
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	530.000,00	530.000,00	233.569,90	139.546,00	139.546,00	296.430,10
OBRAS E INSTALAÇÕES	300.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	230.000,00	365.000,00	233.569,90	139.546,00	139.546,00	131.430,10
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	7.564.704,98	7.564.704,98	6.127.742,36	5.670.369,97	5.610.520,89	1.436.962,62
SUPERÁVIT	0,00	0,00	880.019,12	0,00	0,00	880.019,12
TOTAL	7.564.704,98	7.564.704,98	7.007.761,48	5.670.369,97	5.610.520,89	556.943,50

BALANÇO FINANCEIRO

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	7.007.761,48	6.395.102,20	Despesa Orçamentária	6.127.742,36	5.966.688,93
RECEITA REALIZADA	7.007.761,48	6.395.102,20	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	457.372,39	871.380,63
RECEITA CORRENTE	6.977.761,48	6.395.102,20	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	59.849,08	3.685,56
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.824.975,12	4.469.344,40	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO	5.610.520,89	5.091.622,74
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	4.824.975,12	4.469.344,40	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	5.470.974,89	4.915.441,75
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.341.554,09	3.083.882,40	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.012.867,97	1.923.445,17
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.483.421,03	1.385.462,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	2.012.867,97	1.923.445,17
RECEITAS PATRIMONIAIS	489.958,33	109.973,42	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.427.921,70	1.356.938,95
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	489.958,33	109.973,42	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	488.063,42	454.791,98
RECEITAS DE SERVIÇOS	718.850,89	810.373,42	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	94.895,96	98.213,59
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	718.850,89	810.373,42	SENTENÇAS JUDICIAIS		13.500,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	620.871,95	751.034,92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.986,89	
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	620.871,95	751.034,92	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.458.106,92	2.991.996,58
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	620.871,95	751.034,92	TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.760.026,53	1.602.594,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	323.105,19	254.376,04	CONTRIBUIÇÕES	1.760.026,53	1.602.594,01
MULTAS E JUROS DE MORA	157.996,55	140.961,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.698.080,39	1.389.402,57
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	84.381,61	76.815,95	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	23.590,00	12.420,00

RELATO INTEGRADO 2022

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	63.572,27	49.548,59	MATERIAL DE CONSUMO	52.205,68	54.576,04
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	10.042,67	14.596,60	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.319,47	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50,00	50,00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	137.369,73	153.314,01
RESTITUIÇÕES	50,00	50,00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	487.153,50	329.943,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	165.058,64	113.309,50	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	968.431,35	817.401,62
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	165.058,64	113.309,50	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	445,02	204,11
RECEITAS DIVERSAS		55,40	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22,38	1.489,40
RECEITA DE CAPITAL	30.000,00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.543,26	20.053,80
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS DE CAPITAL	139.546,00	176.180,99
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	30.000,00		INVESTIMENTOS	139.546,00	176.180,99
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	30.000,00		INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	139.546,00	176.180,99
			OBRAS E INSTALAÇÕES		96.230,99
			EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	139.546,00	79.950,00
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	9.359.917,07	10.324.340,37	Pagamentos Extraorçamentários	9.491.751,08	9.521.232,89
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	457.372,39	871.380,63	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	771.663,96	736.936,55
Inscrição de Restos a Pagar Processados	59.849,08	3.685,56	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	3.685,56	28.576,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	307.175,31	282.270,09	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	293.527,72	273.314,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.535.520,29	9.167.004,09	Outros Pagamentos Extraorçamentários	8.422.873,84	8.482.405,28
Saldo em espécie do Exercício Anterior	4.388.156,18	3.156.635,43	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	5.136.341,29	4.388.156,18
Caixa e Equivalente de Caixa	4.288.076,54	3.056.555,79	Caixa e Equivalente de Caixa	5.014.288,05	4.288.076,54
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	100.079,64	100.079,64	Depósitos. Rest. Vlr Vinculados	122.053,24	100.079,64
Total:	20.755.834,73	19.876.078,00		20.755.834,73	19.876.078,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.058.140,79	6.335.930,74	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	6.034.189,52	5.221.057,83
CONTRIBUIÇÕES	5.261.062,11	4.800.933,94	PESSOAL E ENCARGOS	2.290.500,13	2.162.615,96
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	5.261.062,11	4.800.933,94	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	1.635.524,07	1.554.242,94
CONTRIBUIÇÕES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS - CONSOLIDAÇÃO	5.261.062,11	4.800.933,94	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RGPS	1.635.524,07	1.554.242,94
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	718.850,89	809.554,42	ENCARGOS PATRONAIS	428.105,70	393.621,83
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	718.850,89	809.554,42	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	318.249,29	304.019,97
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	718.850,89	809.554,42	ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	107.869,52	89.601,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	521.883,86	114.635,46	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	1.986,89	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	48.439,91	42.431,22	BENEFICIOS A PESSOAL	226.870,36	214.751,19
OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	48.439,91	42.431,22	BENEFICIOS A PESSOAL - RGPS	226.870,36	214.751,19
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	473.443,95	72.204,24	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.977.087,22	1.388.109,78
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	473.443,95	72.204,24	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	84.057,37	27.974,96
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	545.871,95	596.034,92	CONSUMO DE MATERIAL	84.057,37	27.974,96
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	545.871,95	596.034,92	SERVICOS	1.676.637,87	1.185.289,66
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS - INTRA-CONSELHOS	545.871,95	596.034,92	DIARIAS	29.860,00	13.635,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	379,31	70,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	244.749,73	153.786,80
REAVLIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	70,00	SERVICOS TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.402.028,14	1.017.867,86
REAVLIAÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	70,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	216.391,98	174.845,16
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	379,31	0,00	DEPRECIACAO	216.391,98	174.845,16
OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	379,31	0,00	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	544,12
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.092,67	14.702,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	544,12
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	10.092,67	14.702,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	0,00	117,78
MULTAS ADMINISTRATIVAS	10.042,67	14.596,60	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	426,34
INDENIZAÇÕES	50,00	105,40	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.760.026,53	1.602.594,01
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.760.026,53	1.602.594,01
			TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS - CONSOLIDAÇÃO	1.760.026,53	1.602.594,01
			DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	0,00	47.147,46

RELATO INTEGRADO 2022

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E PROVISAO PARA PERDAS	0,00	9.051,10
			REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	0,00	9.051,10
			PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	38.096,36
			PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	0,00	38.096,36
			VPD - TRIBUTARIAS	445,02	86,33
			OUTROS ENCARGOS TRIBUTARIOS E CONTRIBUTIVOS	445,02	86,33
			OUTROS ENCARGOS TRIBUTARIOS E CONTRIBUTIVOS	445,02	86,33
			OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.130,62	19.960,17
			DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.130,62	19.960,17
			VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	6.130,62	19.960,17
Total das Variações Ativas :	7.058.140,79	6.335.930,74	Total das Variações Passivas :	6.034.189,52	5.221.057,83
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	1.023.951,27	1.114.872,91
Total	7.058.140,79	6.335.930,74	Total	7.058.140,79	6.335.930,74

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	6.977.761,48	6.395.102,20
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.824.975,12	4.469.344,40
CONTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS E ECONÔMICAS	4.824.975,12	4.469.344,40
ANUIDADES - PESSOAS FÍSICAS	3.341.554,09	3.083.882,40
ANUIDADES - PESSOAS JURÍDICAS	1.483.421,03	1.385.462,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	489.958,33	109.973,42
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	489.958,33	109.973,42
RECEITAS DE SERVIÇOS	718.850,89	810.373,42
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	718.850,89	810.373,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	620.871,95	751.034,92
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	620.871,95	751.034,92
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	620.871,95	751.034,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	323.105,19	254.376,04
MULTAS E JUROS DE MORA	157.996,55	140.961,14
MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES	84.381,61	76.815,95
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES	63.572,27	49.548,59
MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	10.042,67	14.596,60
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50,00	50,00
RESTITUIÇÕES	50,00	50,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	165.058,64	113.309,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	165.058,64	113.309,50
RECEITAS DIVERSAS	0,00	55,40
OUTROS INGRESSOS	8.842.695,60	9.449.274,18
DESEMBOLSOS		
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADADO - PAGO - DESPESAS CORRENTES	5.470.974,89	4.915.441,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.012.867,97	1.923.445,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - APLICAÇÕES DIRETAS	2.012.867,97	1.923.445,17
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.427.921,70	1.356.938,95
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	488.063,42	454.791,98
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	94.895,96	98.213,59
SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	13.500,65
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.986,89	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.458.106,92	2.991.996,58
TRANSFERÊNCIAS DA INTRAGOVERNAMENTAIS	1.760.026,53	1.602.594,01
CONTRIBUIÇÕES	1.760.026,53	1.602.594,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES - APLICAÇÕES DIRETAS	1.698.080,39	1.389.402,57
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	23.590,00	12.420,00
MATERIAL DE CONSUMO	52.205,68	54.576,04
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	23.319,47	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	137.369,73	153.314,01
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	487.153,50	329.943,59
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	968.431,35	817.401,62
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	445,02	204,11
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22,38	1.489,40
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.543,26	20.053,80
OUTROS DESEMBOLSOS	9.513.724,68	9.521.232,89

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	835.757,51	1.407.701,74
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	30.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM	30.000,00	0,00
DESEMBOLSOS		
INVESTIMENTOS	139.546,00	176.180,99
INVESTIMENTOS - APLICAÇÕES DIRETAS	139.546,00	176.180,99
OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	96.230,99
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	139.546,00	79.950,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-109.546,00	-176.180,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	726.211,51	1.231.520,75
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	4.288.076,54	3.056.555,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	5.014.288,05	4.288.076,54

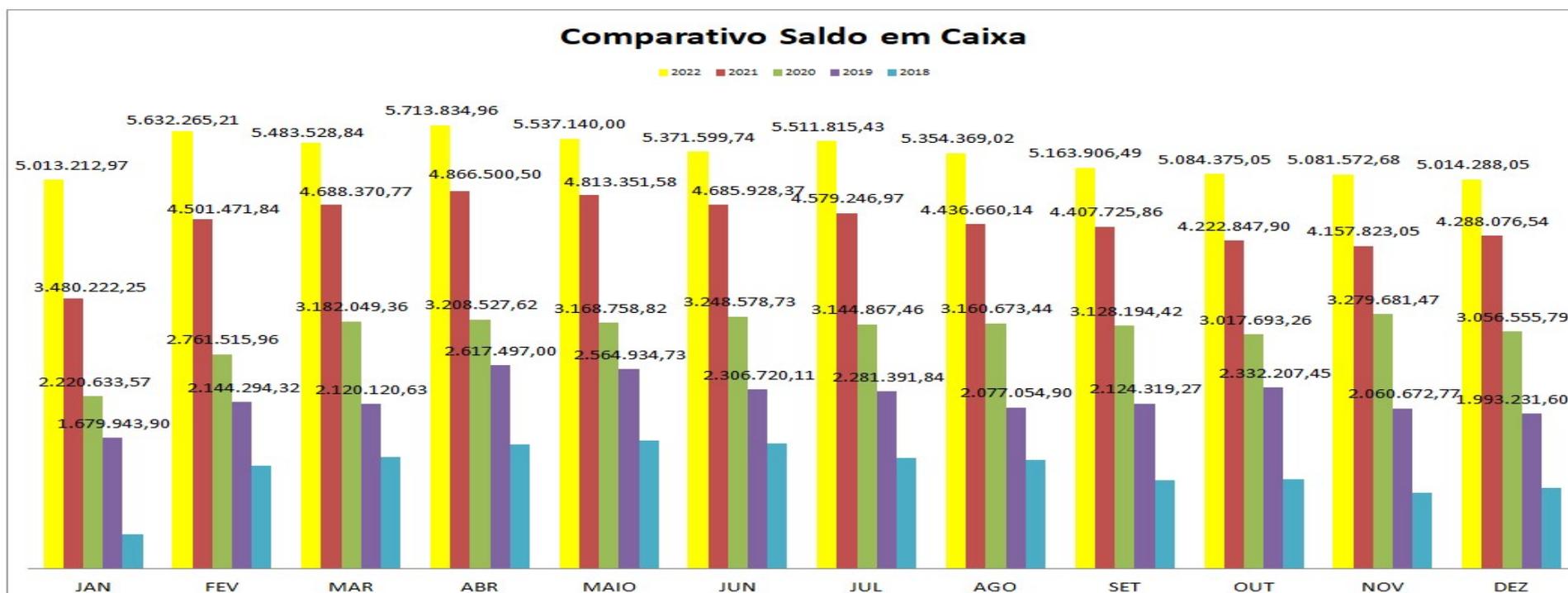
Outras informações

DISPONIBILIDADES

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
Banco Conta Movimento		
Aplicações Financeiras	4.288.076,54	5.014.288,05

As disponibilidades estão depositadas em sua totalidade no Banco do Brasil.

* aumento de 17% em relação ao ano anterior



DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022
Demais créditos e valores em curto prazo	115.404,60	159.006,47

O grupo demais créditos e valores a curto prazo registra os adiantamento concedidos a convenientes decorrentes de convênios de transferência de recursos e depósitos judiciais restituíveis.

ESTOQUES

Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição obedecendo ao disposto na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente NBC T n° 16.10.

DEMONSTRATIVO DA CONTA: ALMOXARIFADO				
MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				
SALDO ANTERIOR	R\$	R\$	R\$	SALDO ATUAL
31/12/21	AQUISIÇÕES (+)	BAIXAS (-)	ATUALIZAÇÕES (+)	31/12/22
96.423,75	73.418,18	68.000,16	0,00	101.841,77
TOTAL			0,00	

CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os créditos representam direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em tomada de contas especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU (TC 010.523/2003-0), que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável.

BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E DEPRECIÇÃO.

Os bens móveis e imóveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada.

	Saldo	Depreciação (-)	Situação (31/12/22)
Bens Móveis	2.147.676,87	(2.581.028,76)	5.416.958,88
Bens Imóveis	5.850.310,77		
Total	7.997.987,64		

Conforme Resolução CFM nº 2124/2015, que fixa as normas e procedimentos para controle, reavaliação, depreciação, amortização e inventário dos Bens Patrimoniais no âmbito dos Conselhos de Medicina, a estimativa da vida útil econômica do item do ativo é definida conforme o desgaste físico (pelo uso ou não), geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica e deve-se verificar o tempo pelo qual o ativo manterá a sua capacidade de gerar benefícios à entidade, aspectos técnicos referentes ao desgaste e obsolescência e as limitações temporais exigidas por lei ou contrato, cujo tempo de vida útil não pode ser superior a esse prazo. A metodologia utilizada foi normatizada pelo §2º do Art. 87 da Resolução CFM nº 2124/2015 estabelecendo o método de cotas constantes.

Bens Móveis	Vida Útil (Anos)	Taxas %
Mobiliário em Geral	10	10%
Veículos	05	20%
Máquinas e Aparelhos	10	10%
Equipamentos de Informática	05	20%
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	05	20%
Outros Equipamentos	10	10%
Outros Materiais Permanentes	05	10%
Bens Imóveis	Vida Útil (Anos)	Taxas %
Edifícios	25	4%
Instalações	25	4%

INVESTIMENTOS		VALOR
MOBILIÁRIO	Móveis	63.611,70
	Poltronas	85.050,00
TOTAL		148.661,70
EQUIP DE INFORMÁTICA	Computadores	161.490,00
EQUIP DE ÁUDIO	Sistema de Áudio e Vídeo	209.336,80
TOTAL		370.826,80
REFORMA E INSTALAÇÕES	Reforma	190.557,37
	Serv. Elétricos	11.030,09
	Acústica	123.336,89
TOTAL		324.924,35

Obrigações de Repartição a Outros Entes

A provisão da Cota Parte ao CFM é calculada de acordo com a Lei nº 3.268/57, onde determina que transfira ao CFM 33,33% da receita bruta das anuidades, multas e expedições de carteiras e cédulas.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Valor constituído do montante de anuidades recebidas a maior ou em duplicidade e arrecadação do exercício 2023 antecipada.

SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário para conselhos de fiscalização profissional segue o descrito no art. 35 da Lei 4.320/64. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O CREMESE apurou no exercício de 2022 um **superávit** orçamentário de R\$880.019,12 (Receitas realizadas – despesas empenhadas no exercício).

SUPERÁVIT FINANCEIRO

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício de 2022 e alteraram as disponibilidades do CREMESE. No Balanço Patrimonial, é possível identificar a apuração do resultado financeiro que resultou num superávit financeiro de R\$4.275.127,23 (saldo final – restos a pagar).

Apuração do Resultado

Na consecução de seus objetivos, o Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe realizou suas despesas durante o exercício de 2022, sem extrapolar os limites permitidos, demonstrando entre a arrecadação e despesas realizadas um resultado superavitário e os índices utilizados demonstraram resultado de sustentabilidade financeira possibilitando à organização efetuar investimentos.



CREMESE
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO SERGIPE

PRESIDENTE

Jilvan Pinto Monteiro

TESOUREIRO

José Eduardo de Assis Silva

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTA

José Marques de Oliveira Neto

Simone Beatriz Matos Soares Calazans

Venâncio Gumes Lopes

COORDENAÇÃO DE GESTÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Daniele Azevedo de Santana

CONTADOR

George Mesquita Andrade

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE
EXERCÍCIO 2022

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe - CREMESE é uma instituição sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1º de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, com atribuições de fiscalização do exercício de profissões liberais, mantidas com recursos próprios e não receptoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União, são reguladas pela respectiva legislação específica, não se lhes aplicando as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter geral relativas à administração interna das autarquias federais, de acordo com o Decreto-Lei nº 968, de 13 de outubro de 1969.

2 – DIRETRIZES CONTÁBEIS ESSENCIAIS

2.1 - Processos de Convergência as novas normas aplicada ao setor público

A partir da Portaria nº 184/2008 foi determinado que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN promovesse a convergência das Normas Internacionais de Contabilidade Pública e as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto nº 6.976/2009 atribuiu ao STN competência de promover a consolidação das contas públicas, padronizando as prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

O CREMESE através do setor contábil vem adotando novos procedimentos contábeis de acordo com o MCASP, o novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, implantado no sistema SISCONT.NET.

2.2 - Critérios e Políticas Contábeis

Com a adoção dos novos procedimentos contábeis, desde 2013, passou-se a aplicar o regime de competência para todos os atos e fatos que afetam o patrimônio da Instituição, realizando, dessa forma, o reconhecimento dos créditos tributários a receber.

Realizamos alguns ajustes no Imobilizado sejam decorrentes de correção de classificação por divergência entre o sistema de controle patrimonial e o registros efetuados no sistema contábil.

No tocante a depreciação acumulada, adotamos o método das cotas constantes, que operacionalizamos através do sistema SISPAD onde é realizado o controle dos bens móveis e imóveis e que se encontra integrado ao sistema contábil desde 2018 atendendo as notas e regulamentações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e Receita Federal.

3 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras foram consideradas as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades de Fiscalização Profissional, assim como aspectos específicos da Lei nº 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços e Resolução CFM nº

2.286/2020, de 19 de novembro de 2020, que Estabelece normas e procedimentos para a tomada e prestação de contas dos Conselhos de Medicina.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2022 é demonstrado pela diferença entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 7.007.761,48 e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 6.127.742,36, apresentando um superávit orçamentário de R\$ 880.819,12.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2022 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 7.007.761,48) com os extraorçamentários (R\$ 9.359.917,07) que foi de R\$ 16.367.678,55 e dos dispêndios orçamentários (R\$ 6.127.742,36) e extraorçamentários (R\$ 9.491.751,08) que foi de R\$ 15.194.493,44, apresentando um resultado positivo de R\$ 748.185,11 o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte (R\$ 5.136.341,29) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 4.388.156,18).

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública.

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos Créditos Tributários a Receber de Anuidades e Fundo de Seções, pela Dívida Ativa e deduzidos pelo Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (Adiantamento de férias, Adiantamento 13º, Salário maternidade a ser reembolsado pelo INSS e outros valores), Estoques (Não houve movimentação de saída visto que, durante o exercício não foi definido responsável pelo Almoxarifado) e Variações Patrimoniais Diminutivas pagas Antecipadamente (Valores de Cota Parte e Cota Antecipada repassadas automaticamente ao CFM referente a Anuidades de 2022 recebidas em dezembro de 2021 e Cota parte repassada indevidamente ao CFM referente a certificados).

b) Ativo Não-Circulante

O Ativo Não-Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. Foram lançados os ajustes decorrentes de correção de classificação, de todos os bens móveis e imóveis adquiridos nos anos anteriores e atual sem que impactasse no resultado do exercício.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um saldo de R\$576.609,92 que inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por tributos a recolher), Obrigações de Repartição a Outros Entes (Cota Parte a repassar ao CFM), Provisões a Curto Prazo (Provisões para férias, FGTS, INSS e PASEP) e Demais Obrigações a Curto Prazo (Anuidades Recebidas Antecipadamente. Anuidades recebidas em duplicidade e Mensalidade Sindical descontada em Folha de Pagamento a repassar ao Sindicato).

As provisões apresentam o montante de R\$ 203.718,53, foram lançadas mês a mês e deu início a partir de outubro de 2015 com base em relatório apresentado pelo setor pessoal onde contem os avos referentes ao mês, devido com base no período aquisitivo e utilizando-se do regime de competência, conforme identificado no quadro a seguir:

Quadro contendo os valores por conta de provisão:

Provisão de Férias	R\$ 143.158,57
Provisão de PREVIDENCIA	R\$ 40.799,51
Provisão de FGTS	R\$ 18.834,94
Provisão PIS/PASEP	R\$ 925,51

d) Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2022.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2022 demonstra o total do Ativo de R\$10.767.293,97 e o total do Passivo de R\$576.609,92, apresentando o Resultado Acumulado de R\$10.190.684,05, o qual está constituído pelo Superávit do Exercício de R\$1.023.951,27, pelo Superávit Acumulado de Exercícios Anteriores de R\$9.166.732,78.

Os lançamentos foram efetuados de acordo com as normas contábeis aplicáveis aos casos e os ajustes foram realizados nas seguintes contas contábeis:

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP do exercício de 2022 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 5.639.681,81 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 788.803,70, gerando como resultado patrimonial do período um Superávit de R\$ 4.850.878,11.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2022 foi de R\$726.211,51, apurada através do Fluxo de caixa líquido das atividades das operações de R\$853.757,51 e do Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento negativo de R\$109.546,00.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022 e a Prestação de Contas do exercício de 2022 serão aprovadas pelo Plenário do CREMESE e enviadas ao CFM para apreciação e julgamento.

Aracaju, 31 de janeiro de 2022.

GEORGE
MESQUITA
ANDRADE:517861
09549

Assinado de forma digital
por GEORGE MESQUITA
ANDRADE:51786109549
Dados: 2023.03.21
09:09:40 -03'00'

George Mesquita Andrade
CRCSE 5.252 O-7